



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

**ABILIO CUNHA AGUIAR**

**UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO NA  
FRONTEIRA BRASIL-GUYANA NA DÉCADA DE 1960**

Boa Vista, RR  
2016

Abílio Cunha Aguiar

**UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO NA  
FRONTEIRA BRASIL-GUYANA NA DÉCADA DE 1960**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Política.

Orientador: Prof. Dr<sup>o</sup>. Américo Alves de Lyra Junior

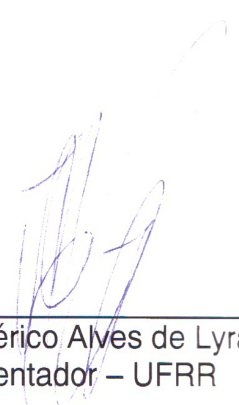
Co-orientadora: D<sup>a</sup>. Altiva Barbosa da Silva

Boa Vista, RR  
2016

## ABÍLIO CUNHA AGUIAR


### “UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL-GUYANA NA DÉCADA DE 1960”

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 24 de junho de 2016 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



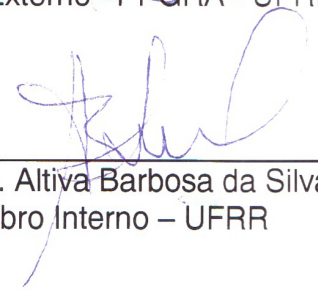
---

Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior  
Orientador – UFRR



---

Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares  
Membro Externo –PPGRA - UFRR



---

Prof.ª Dr.ª Altiva Barbosa da Silva  
Membro Interno – UFRR

À minha eterna namorada, Paloma Aguiar.

Aos meus pais e avós.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, fonte de toda vida e inspiração, sem o qual eu não poderia ter feito nada disso. A Ele a glória.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, pelo apoio e incentivo aos alunos. Juntamente, agradeço à Capes, que me proporcionou a bolsa integral pelo período de 2 anos. Foi-me muito útil para dar prosseguimento ao mestrado.

Agradeço ao meu orientador, professor Américo Alves de Lyra Júnior, pela paciência, amizade e incentivo nessa caminhada.

Agradeço à minha esposa, Paloma, muito obrigado pela dedicação, paciência, carinho e incentivo, apesar dos estresses. Amo você.

Agradeço aos meus pais e irmãos pelo suporte espiritual e motivacional que me dispuseram. Pai e mãe, eu os amo muito.

Por fim agradeço aos colegas de curso que foram de importante participação na minha formação.

## RESUMO

O contexto internacional de Guerra Fria influenciou os acontecimentos que culminaram com a elevação dos militares ao poder, em 1964. Ainda na década de 1940, os militares brasileiro, influenciados pela escola estadunidense, implantaram no Brasil a Escola Superior de Guerra, que foi o motor para organização do pensamento geopolítico e estratégico nacionais. Golbery foi o principal estruturador do que posteriormente se tornaria a Doutrina de Segurança Nacional, que se preocupava com a soberania e proteção do território. Tal doutrina atendeu às preocupações acerca do pretense vazio demográfico que existia na Amazônia. Logo, a necessidade de “Integrar para não Entregar” passou a ser a base do discurso para a integração da Amazônia ao contexto nacional. Neste conjunto, a formação dos Territórios Federais, ainda com Getúlio Vargas, foi parte essencial para efetivação da ocupação amazônica. Nesse sentido o Exército Brasileiro exerceu papel de suma importância em toda a região amazônica, e aqui frisamos o caso de Roraima, principalmente no fim da década de 1960. Nesse período ocorreu na Guyana a Revolta do Rupununi, que foi de grande influência para a estruturação do Exército em Roraima. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o papel do Exército nessa fronteira durante a década de 1960, tendo como base o contexto internacional, nacional e local. Para tal nos utilizaremos de fontes primárias, de consulta a livros, teses, artigos e dissertações sobre o tema.

Palavras-chave: Geopolítica. Exército. Amazônia. Roraima. Revolta do Rupununi

## ABSTRACT

The international context of the Cold War influenced the events that led to the rise of the military to power in 1964. Even in the 1940s, the Brazilian military, influenced by the American school, implemented in Brazil the Higher School of War, which was the engine for organization of geopolitical and national strategic thinking. Golbery was the main designer of what later would become the National Security Doctrine, which was concerned with the sovereignty and protection of the territory. This doctrine was also against concerns about the demographic void that existed in the Amazon. Therefore, the need to "integrate to not Deliver" became the basis of the speech to the integration of the Amazon to the national context. In this set, the formation of the Federal Territories, still Getulio Vargas, was an essential part for the execution of the Amazon occupation. In this sense the Brazilian Army played an extremely important role in the entire Amazon region, and here we stress the Roraima's case, especially in the late 1960. In this period occurred in the Guyana's Rupununi uprising, which was of great influence on the structure of the army in Roraima. This research aims to examine the role of the army in this border during the 1960s, based on the international context, national and local. For this use we will primary sources of consulting books, theses, articles and dissertations on the subject.

Keywords: Geopolitics. Army. Amazon. Roraima. Revolt of Rupununi

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução Populacional do Território do Rio Branco.....	51
Figura 2 – Comandantes do Forte de São Joaquim.....	53
Figura 3 – Fortes da região Amazônica.....	55
Figura 4 – Contingente Federal de Roraima.....	56
Figura 5 – Soldados do Contingente Federal de Roraima.....	56
Figura 6 - Evolução do efetivo do Exército.....	57
Figura 7 – Mapa da fronteira entre Brasil e Guyana.....	62
Figura 8 - Soldados brasileiros com armas capturadas dos revoltosos.....	64
Figura 9 - Avião Venezuelano abandonado no Boqueirão da Lua.....	64
Figura 10 - Distribuição dos PEf'S na Amazônia.....	68



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIS – Batalhão de Infantaria de Selva  
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva  
CMA – Comando Militar da Amazônia  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos da América  
GEF – Grupamento Especial de Fronteira  
MRE – Ministério de Relações Exteriores  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PEI – Política Externa Independente  
PNC – People National Congress  
PPP - People's Progressive Party  
ONU – Organização das Nações Unidas  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO .....	11
2 - CAPÍTULO 1 - GUERRA FRIA: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL .....	15
2.1. OTAN E PACTO DE VARSÓVIA .....	19
2.2. O REALISMO POLÍTICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA GUERRA FRIA.....	25
2.3. A GUERRA FRIA E OS TRANSBORDAMENTOS PARA A AMÉRICA LATINA .....	27
2.3.1. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA NO BRASIL.....	28
2.3.2. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA NA GUYANA.....	31
3. CAPITULO 2: BRASIL, AMAZÔNIA E GEOPOLÍTICA .....	36
3.1. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL .....	37
3.1.1. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL.....	39
3.2. SEGURANÇA NACIONAL E GEOPOLÍTICA .....	42
3.2.1. GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA .....	45
4. CAPITULO 3: O EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL-GUYANA.....	51
4.1. RORAIMA: GEOPOLÍTICA FRONTEIRIÇA .....	51
4.2. HISTÓRICO GERAL DO EXÉRCITO NA REGIÃO.....	53
4.3. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE RORAIMA .....	59
4.3.1. A REVOLTA DO RUPUNUNI .....	61
4.3.2. A REVOLTA DO RUPUNUNI E A SEGURANÇA DO TERRITÓRIO NACIONAL .....	64
4.4. O PAPEL ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO NESSA FRONTEIRA: UMA CONSEQUÊNCIA DA DSN .....	67
5. CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	75

## 1 - INTRODUÇÃO

A Guerra Fria foi um conflito de abrangência global que influenciou direta e indiretamente a política interna dos Estados. Os Estados Unidos e a União Soviética foram atores centrais na composição da balança de poder nesse período. Até a Segunda Guerra Mundial a multipolaridade era a marca do sistema internacional, no entanto, o fim desse conflito foi marcado pela desestruturação das potências europeias, pela elevação dos Estados Unidos e da União Soviética como as potências globais, formando um equilíbrio bipolar.

As disputas entre as duas potências marcaram as relações internacionais, provocando uma série de mudanças quanto às relações entre os países, principalmente pelo fato de ambos os Estados contendentes estarem em busca de zonas de influência para suas ideologias. Dessa forma observa-se que durante toda a Guerra Fria não houve conflito direto entre os EUA e a URSS, existiram, todavia, embates nos quais os dois estiveram envolvidos em territórios de países divididos por conta do conflito.

A América Latina, após a instalação do governo de Fidel Castro em Cuba, passou a ter um peso maior nas tomadas de decisão dos Estados Unidos. A política externa estadunidense via com temor a aproximação da ideologia socialista do continente americano, tanto que adotou a postura de vigilância sobre os países que ofereciam risco às investidas socialistas.

Este foi o contexto do golpe militar no Brasil e da independência da República Cooperativista da Guyana. No Brasil, a aproximação dos governos de Jânio Quadros e João Goulart da vertente social, o restabelecimento das relações com a União Soviética e as instabilidades político-econômicas, serviram de base para o apoio de Washington aos militares. Na Guyana, a própria formação da população implicava em divisão, fator este determinante para os muitos conflitos antes e após a independência. No entanto, no final da década de 1960, com a Revolta do Rupununi, há o encontro das problemáticas globais na fronteira entre Brasil e Guyana.

Em decorrência desses fatores, busca-se com esta pesquisa entender o papel político-estratégico do Exército Brasileiro como agente do Estado na

fronteira do Brasil com a Guyana, na década de 1960. Para tanto, faz-se necessário observar que esta será uma análise a partir da visão brasileira, levando em consideração a política internacional do período.

Ao longo dos estudos de graduação e investigações para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, pôde-se observar uma baixa quantidade de pesquisa no que tange aos estudos sobre o estado de Roraima, especificamente sobre a importância estratégica deste estado para a segurança do país. Em decorrência disso, o ingresso no curso de pós-graduação foi incentivado pela possibilidade de contribuir com esse campo de estudos.

No trabalho de conclusão do curso de graduação pesquisou-se sobre a Revoltada do Rupununi, que ocorreu na Guyana em 1969. Buscou-se entender as motivações para essa revolta embasado no contexto internacional da Guerra Fria. A partir dessas pesquisas observou-se que a Revolta do Rupununi foi um fator relevante para os estrategistas militares reforçarem o olhar sobre a fronteira do Brasil com a Guyana.

Dito isto, esta pesquisa se justifica em função dos parâmetros sobre o qual se quer observar a presença do Exército brasileiro na fronteira do Brasil com a Guyana na década de 1960: parâmetros políticos e estratégicos. Destaca-se, assim, a relevância social de tal esforço, uma vez que analisar esta temática incorre em demonstrar a importância do Exército brasileiro para o estado de Roraima.

Conhecer os aspectos históricos da década de 1960 e analisa-los à luz das políticas e estratégias dos militares para a Amazônia, ressaltando-se a fronteira em destaque neste estudo, irá contribuir para o enriquecimento acadêmico sobre o tema proposto, uma vez que as pesquisas em torno deste objeto são escassas e carecem de um reforço.

Ademais, esta pesquisa irá explorar um viés analítico pouco utilizado, pois buscara analisar as perspectivas de uma fronteira nacional a partir dos acontecimentos que marcavam as relações internacionais da Guerra Fria. Academicamente espera-se com este esforço contribuir e incentivar novas pesquisas sobre a temática.

Esta pesquisa visa analisar como o contexto internacional e nacional estimulou o fortalecimento do Exército Brasileiro na fronteira do Brasil com a Guayana, na década de 1960. Dessa forma, esse objetivo geral desdobrou-se em três objetivos específicos que tornaram-se os capítulos dessa dissertação.

No primeiro capítulo, o objetivo foi fazer um apanhado histórico acerca da Guerra Fria, saindo do ambiente macro de contexto global, até o nível regional. Optou-se por fazer um *overview* amplo do contexto da Guerra Fria, pois dessa forma tornaria nítidas as nuances sobre as quais o marco temporal da pesquisa trataria, além de dar maior entendimento acerca do que foi esse período histórico. Além disso, a contextualização abrangente serviria para ressaltar a Guerra Fria como uma força profunda que serviu de motivação para o guarnecimento da fronteira com a Guayana.

No segundo capítulo procurou-se mostrar como a política nacional, principalmente após a instalação dos militares no poder, estava observando o cenário internacional. Assim, a Escola Superior de Guerra e os geopolíticos brasileiros traçaram as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, reforçando a importância estratégica da região amazônica para o Brasil. Dentro dessa perspectiva, a criação do Território Federal de Roraima, ainda na década de 1940, foi de grande importância para a segurança nacional.

Por fim, no terceiro capítulo buscou-se compreender historicamente a estruturação do Exército brasileiro nessa região, tendo a década de 1960 como um divisor de águas quanto a importância dada para a segurança dessa fronteira. Em decorrência da Revolta do Rupununi, em 1969, há o aceleração da ocupação militar dessa região, o que se refletiu também na estruturação física do Território de Roraima.

À vista disso, buscou-se construir uma hierarquização que permeasse o trabalho, baseado nos círculos de importância nacional, regional e mundial. Dessarte, a Doutrina de Segurança Nacional elevou o nível de preocupação do Estado brasileiro com as questões internas, mas não deixou de considerar as demandas provocadas em nível regional e mundial.

Essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, pois busca analisar uma organização nacional, o Exército Brasileiro, à luz da política nacional e internacional de um determinado período. Para tanto, utilizar-nos-emos da consulta de teses, dissertações, livros e da análise de fontes primárias conseguidas pelo autor.

Por fim, destaca-se que, apesar do surgimento do discurso de internacionalização da Amazônia ter sua origem ainda no período colonial, optou-se por uma abordagem focada nos desdobramentos próprios do século XX a respeito dessa temática, a fim de frisar a relevância da questão para o objeto de estudo elencado para esta pesquisa.

## 2 - CAPÍTULO 1 - GUERRA FRIA: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A Guerra Fria foi gestada na Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos da América (EUA), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Inglaterra compunham a base aliada que lutava contra os países do Eixo: Alemanha, Japão e Itália. O fim do conflito provocou uma nova configuração do sistema internacional, com os EUA emergindo como superpotência, com a Europa e a União Soviética devastados.

Nesse contexto tem-se os soviéticos enfraquecidos após esforços no sentido de derrotar o exército nazista, mas, ainda assim, reivindicando para si a influência moral na formulação dos acordos pós guerra (GADDIS, 2006). A União Soviética perdeu cerca de 20 milhões de pessoas na luta contra o nazismo, sendo a grande maioria de civis. Foi na batalha de Stalingrado que houve mais baixas, mas que colocou fim a invencibilidade alemã. A conferência de Teerã, realizada em novembro de 1943, foi o primeiro grande encontro entre o estadunidense Roosevelt, o comunista Stalin e o inglês Churchill.

Neste encontro as potências vencedoras desejavam fazer prevalecer seus interesses. No entanto, para evitar riscos, optou-se pela manutenção da aliança até a derrota do Eixo, o que permitiu à URSS prestígio internacional com o triunfo sobre os alemães. Isso garantiu à URSS a expansão da sua influência no Leste Europeu com a jurisdição sobre os territórios da Estônia, Letônia e Lituânia e do Leste da Polônia, de modo a dar força ao regime soviético e fornecer aos adversários o discurso de expansionismo de Stálin, garantindo seus objetivos.

O aumento do poder soviético no Leste Europeu causou preocupação em Churchill<sup>1</sup> que tentou sensibilizar Roosevelt à uma união estratégica para conter Stalin. O estadunidense, porém, preferiu manter o *status quo* como já havia sido definido, garantindo o apoio da URSS para conter os ataques japoneses no

---

<sup>1</sup> A preocupação de Churchill era válida, pois de acordo com Robert C. Tucker: “Antes do término das hostilidades, Stalin estava empenhado em um gigantesco esforço de expansão imperialista nos países ocupados pelas forças soviéticas” (1964, p. 143).

pacífico. Além do que, Stalin, procurando manter a aproximação com os EUA, manifesta seu apoio à criação da Organização das Nações Unidas.

Em 1945, a Segunda Guerra já demonstrava sinais de declínio. Na conferência de Yalta, os líderes das potências reuniram-se para traçar os princípios que viriam a nortear as reparações de guerra e a ocupação alemã, a qual teria uma zona de ocupação soviética, estadunidense e britânica, e posteriormente, francesa. Nesse contexto, tornou-se notório o declínio da Inglaterra como potência mundial e a divisão do mundo em esferas de influência.

Mas, com a morte de Roosevelt em 1945 e a derrota de Churchill nas eleições britânicas, ocorreu a conferência de Potsdam tendo à frente Truman e Clement Attlee, e Stalin. Eles decidiram sobre o final da Segunda Guerra, bem como seria feito o processo de desarmamento, desmilitarização e desnazificação alemã, considerando que as indenizações pagas pelos alemães seriam destinadas, em sua maioria, para a URSS.

No mês de agosto do mesmo ano havia ocorrido a rendição alemã e a URSS declarou guerra ao Japão, com a intenção de, posteriormente, anexar os territórios da Manchúria. Os EUA, sem contar a ajuda soviética, lançou as bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, forçando o país asiático a render-se. O uso das bombas era desnecessário, em virtude do caminho que a guerra estava tomando, todavia, o peso político de demonstração de poder militar viabilizou sua utilização:

As bombas atômicas lançadas sobre um Japão à beira da rendição eram militarmente desnecessárias. Foram, na verdade, uma demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, Coréia e países do Sudeste asiático, bem como a intimidação à esquerda europeia e à agitação do mundo colonial (VIZENTINI, 2006, p. 18).

A capitulação japonesa foi o marco para o fim da Segunda Guerra, mas os vieses estruturais que se conformaram com o fim do conflito permitiram a manutenção de um confronto que já ocorria entre EUA e URSS, com esta representando oposição ao bloco capitalista. A desestruturação europeia e a ampliação do domínio soviético sobre o Leste Europeu ajudaram a desenhar um cenário onde os ideais socialistas se fortaleciam e preocupavam os estadunidenses.



Os acordos feitos em Teerã e Yalta estavam sendo seguidos perfeitamente pelo Kremlin, não há dúvida de que reaver os territórios perdidos no final da guerra europeia de 1914 a 1918 deixou os soviéticos satisfeitos<sup>2</sup>. No entanto, a morte de Roosevelt e a elevação de Truman como presidente dos EUA provocou uma inflexão na política externa da Casa Branca. O líder americano contou com o apoio de Churchill que, apesar de não ser mais o primeiro-ministro britânico, gozava de muito prestígio na Europa.

O presidente dos EUA, com o intuito de minimizar o avanço comunista, lançou em março de 1947 a Doutrina Truman, comprometendo Washington a “apoiar os povos livres que estivessem resistindo a ser subjugados por minorias armadas ou por pressões externas” (LOWE, 2011, p. 145). A intenção era de limitar a margem de influência soviética no mundo.

Após o lançamento da Doutrina Truman, tem-se a emergência do Plano Marshall. Bem mais do que uma política de viés econômico, existia uma ação não direcionada contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos” (LOWE, 2011, p. 145). O objetivo era o de ampliar a influência dos EUA na Europa, uma vez que o continente estava destruído e, em decorrência da proximidade, sujeito às investidas soviéticas.

A oferta de apoio estadunidense foi feita para todos os países da Europa, inclusive para as nações do bloco socialista. No entanto Moscou não aceitou a oferta da Washington, pois isso caracterizaria uma concessão para ingerência dos EUA em assuntos internos dos socialistas e, em 1947, criou-se o Cominform<sup>3</sup>, então uma organização que conformava os vários partidos comunistas europeus tendo todos os Estados satélites como membros.

A URSS findou a Segunda Guerra com sua situação econômico-militar muito distinta dos EUA, que não tiveram o seu território abalado, suas baixas de soldados não foram alarmantes e a economia estava mais forte. Os soviéticos

---

<sup>2</sup> “As fronteiras soviéticas de Yalta coincidiam exatamente com as fronteiras do império czarista antes de 1914” (MAGNOLI, 1988, p.17).

<sup>3</sup> De acordo com Robert C. Tucker (1964, p. 143): “Por ocasião da inauguração do Cominform, em Varsóvia, setembro de 1947, Stalin fez o que se poderia chamar de declaração oficial de Guerra Fria contra o Ocidente. Desta data em diante, até sua morte, o tom de beligerância foi constante.

estavam abalados economicamente mesmo tendo um forte exército. Nesse contexto Stalin implementou políticas com coesão e violência.

Os Estados que compunham o Cominform deveriam fazer comércio entre eles e qualquer contato com Estados não comunistas era desestimulado. Para conseguir essa coesão Stalin buscou industrializar, coletivizar e centralizar o Leste Europeu, fortalecendo o controle sobre os satélites.

Mas os contrastes entre as economias eram evidentes. Berlim é um bom exemplo, pois encontrava-se dividida entre Ocidente e Oriente. O lado Ocidental, com a orientação dos EUA, Inglaterra e França uniu-se em 1948, formando uma unidade econômica forte que contrastava com lado soviético da cidade, que era pobre. O passo seguinte da Berlim Ocidental foi a união monetária, promovendo o fim do controle dos preços. A indignação de Stalin foi tamanha que, com a intenção de barrar o desenvolvimento da parte Ocidental, promoveu o bloqueio de junho de 1948 a maio de 1949. Esta foi a primeira grande crise do período da Guerra Fria.

O bloqueio soviético impedia qualquer acesso terrestre ou aquático aos setores ocidentais de Berlim. A solução encontrada para furar o bloqueio foi abastecer Berlim Ocidental através de aviões carregados com os itens necessários para a população dos setores bloqueados. Essa ação deixou Moscou na posição de ter que atacar primeiro, caso quisesse o abastecimento.

O bloqueio durou por 318 dias<sup>4</sup>, quando Moscou, em virtude da promessa de mais uma conferência sobre a Alemanha, decidiu acabar com o bloqueio (CALVOCORESSI, 2011). Após este episódio, os Estados membros do lado Ocidental de Berlim decidiram unificá-la, formando um Estado soberano, a República Federal da Alemanha. Alguns meses depois, Moscou criou a República Democrática Alemã, em resposta ao ocidente.

---

<sup>4</sup> Segundo Magnoli (1988, p. 35): “O rompimento do bloqueio representou uma vitória americana de dimensões estratégicas e propagandísticas. Estrategicamente, resultou na manutenção de um posto avançado no interior da faixa de segurança soviética, que serve de passarela da economia de mercado em meio ao estatismo do Leste. Propagandisticamente, metaforizou a resistência da liberdade ao cerco da tirania, tornando-se símbolo mítico da Europa anti-soviética”.

## 2.1. OTAN E PACTO DE VARSÓVIA

A criação da OTAN, em abril de 1949, foi viabilizada ainda durante o bloqueio de Berlim e significou a conformação de uma aliança ocidental para enfrentamento durante a Guerra Fria. De início a organização contou com doze países e tinha como principal objetivo a assistência recíproca em caso de ataque a qualquer dos que compunham a aliança. A República Federal da Alemanha aderiu à aliança em 1955.

Com a criação da OTAN, os EUA reforçaram a intenção de ampliar sua atuação internacional, a despeito da indisposição da ala política que prezava pelo isolacionismo. Nesse sentido, a proposta era a de combater a ameaça comunista. Moscou recebeu a criação da organização como um desafio à sua segurança e elevou o nível de tensão da Guerra Fria.

Os ânimos se acirraram ainda mais com o primeiro teste nuclear da URSS e a sua saída da comissão de desarmamento da ONU, criada em 1948. A partir de então, a corrida armamentista passou a ser a tônica tanto que, de 1952 a 1953, EUA e URSS fizeram seus primeiros testes com bombas termonucleares e de hidrogênio.

Esforços com a intenção de conter a fabricação de armas atômicas e de existir uma inspeção por instituições internacionais dos arsenais existentes foi discutida entre os contendentes da Guerra Fria, todavia em virtude do conflito e da impossibilidades dos atores cederem às questões impostas um pelo outro quanto à fabricação e o controle dos arsenais, os esforços foram pouco relevantes no período.

A escalada do conflito continuou com a proclamação de um governo comunista na China, em outubro de 1949, e a assinatura de um tratado de aliança entre eles e os soviéticos, em fevereiro de 1950. Além do que, no início da década de 1950 teve princípio a guerra da Coreia<sup>5</sup>, que foi o primeiro embate

---

<sup>5</sup> Segundo Lowe (2011, p. 159), sobre a origem da guerra da Coreia: “As origens da guerra residem no fato de que a Coreia estava sob ocupação do Japão desde 1910. Quando os japoneses foram derrotados (agosto de 1945), os Estados Unidos e a URSS concordaram em dividir o país em duas zonas ao longo do paralelo 38 ano norte, para que pudessem organizar conjuntamente a rendição e a retirada dos japoneses – a Rússia ao norte (que fazia fronteira com a Coreia) e os norte-americanos ao sul. Para os EUA não seria uma divisão permanente.

militar indireto entre EUA e URSS. As tropas norte-coreanas invadiram o lado sul-coreano em junho de 1950, com o alvo de unificar a península e contavam com o apoio soviético e chinês. Em setembro do mesmo ano a ONU enviou tropas, forçando os comunistas a se retirarem da região de Seul.

Os desdobramentos dessa guerra ocorreram até 1953, tendo diversas tomadas e retomadas de território, tanto do sul como do norte. Como fim da guerra seguiu-se a reafirmação da fronteira entre as coreias no paralelo 38 e o aumento das tensões entre os EUA, a URSS e a China, certos de que a construção de alianças e o fortalecimento das zonas de influência seriam essenciais para manter o domínio de poder de uma potência sobre a outra.

A morte de Stalin em março de 1953, pouco depois da eleição de Eisenhower como presidente dos EUA, provocou um superficial degelo nas relações internacionais. No entanto o novo presidente soviético, Khrushchev, passou a conduzir a política internacional de forma ambígua, “as vezes ele parecia estar disposto a ver até onde poderia pressionar os EUA sem que eles o enfrentassem” (LOWE, 2011, p. 149). Neste contexto, e com a entrada da República Federal da Alemanha na OTAN, o bloco socialista criou o Pacto de Varsóvia, que tinha por escopo a defesa mútua dos países da URSS.

Ainda nos anos de 1950, ressalta-se uma corrida técnico-científica entre EUA e URSS com as missões espaciais, tendo a URSS a primazia com o lançamento do satélite artificial Sputnik. Após isso ambos os países lançam naves espaciais, por volta do início dos anos de 1960, sendo uma nave soviética a primeira a fazer um voo orbital em torno da terra e uma missão norte-americana a primeira a enviar um homem à lua.

O período de Khrushchev à frente da URSS proporcionou a estabilização do país como potência regional, uma vez que o país conseguiu restaurar sua

---

As Nações Unidas queriam eleições livres para todo o país e os norte-americanos concordavam, acreditando que, como sua zona continha dois terços da população, o norte comunista perderia a votação. Entretanto, a unificação da Coreia, assim como a da Alemanha, em pouco tempo se tornou parte da rivalidade da Guerra Fria: não se chegou a nenhum acordo, e a divisão artificial continuou”.

estruturação econômica e demográfica depois do fim da Segunda Guerra, ultrapassando os EUA na corrida espacial.

Apesar do avanço econômico da União Soviética, o lado oriental de Berlim sofria com as constantes fugas para o lado ocidental, ameaçando a República Democrática Alemã a entrar em colapso político e econômico. Com o objetivo de diminuir as fugas para a República Federal Alemã, Khrushchev apoiou a construção de um muro que veio a dividir a capital alemã até o fim dos anos 1980. Frente a este feito, os EUA, apesar de terem se comprometido com a liberdade de Berlim, não tomaram nenhuma atitude, deixando Khrushchev confortável para realizar outra manobra provocativa, dessa vez no continente americano.

As relações entre Cuba e a URSS tiveram início em 1959, ano em que Fidel Castro tomou o poder do ditador Fulgêncio Batista, que era apoiado pelos EUA. Os Estados Unidos elaboraram uma operação militar com o objetivo de retomar Cuba para sua zona de influência, a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961. A operação foi um fracasso, pois Fidel Castro não teve dificuldades em desbaratar os militares norte-americanos. No entanto, Kennedy não desistiu de retomar o poder e passou a promover ataques a navios e instalações cubanas. Nesse ínterim, Fidel reforçou o apoio da URSS e declarou Cuba como um Estados Socialista.

Khrushchev, que a essa altura já apoiava Cuba diplomática e financeiramente, fez uma manobra arriscada para o mundo nesse momento quando decidiu fazer de Cuba uma base russa, ameaçando diretamente os EUA com mísseis nucleares (CALVOCORESSSI, 2011). Khrushchev viu nessa manobra a possibilidade de difundir a revolução pela América Latina, de acordo com GADDIS (2006, p. 72):

Khrushchev encarava a instalação dos mísseis em Cuba principalmente como uma tentativa - por improvável que isto pareça - de propagar a revolução pela América Latina. Ele e seus assessores tinham ficado admirados, em seguida excitados e finalmente exultantes quando uma insurreição marxista-leninista tomou o poder em Cuba por seus próprios meios, sem toda a pressão e incitamento exercido pelos soviéticos para implantar regimes comunistas na Europa oriental.

A América Latina, pela proximidade com os EUA, era e é uma zona direta de influência dos Estados Unidos, no entanto Khrushchev, ao ver os cubanos implantando sua própria revolução, passou a se preocupar com formas para maximizar sua influência na região. Neste momento foi que houve a decisão por implantar em Cuba uma base militar soviética (GADDIS, 2006).

Dessa forma, em outubro de 1962 Khrushchev encaminhou diversos armamentos, inclusive nucleares, para Cuba, agravando ainda mais os ânimos da Guerra Fria. Guardadas as devidas proporções, o pensamento de Khrushchev ao alocar armamentos da URSS em Cuba estava baseado na mesma estratégia que os EUA utilizaram quando instalaram seus mísseis na Inglaterra, na Itália e na Turquia voltados para a União Soviética. De certa forma os EUA sentiram o mesmo desconforto que os soviéticos com a estratégia de Khrushchev.

Apesar do grande risco ocorrido durante a crise dos mísseis de Cuba, o mundo respirou aliviado quando a Casa Branca e o Kremlin entraram em um acordo sobre a questão, aliviando a tensão que a crise causara. O risco de ter alvos na América atingidos por armas nucleares fez com que Kennedy se comprometesse em retirar os mísseis norte-americanos da Turquia e não incrementar novas tentativas de tomar a ilha de Fidel. Khrushchev, por outro lado, desativou as plataformas de lançamento que havia montado e retirou os mísseis da ilha.

O fim da crise dos mísseis deixou claro para os grandes oponentes da Guerra Fria que o diálogo e a diplomacia poderiam resolver questões que as armas nucleares por si só não eram capazes, “estrategicamente, a crise terminou com uma vitória da sensatez e da gestão prudente. Em termos políticos foi uma vitória dos Estados Unidos: os barcos e mísseis russos voltaram” (Calvocoressi 2011, p. 45).

A guerra do Vietnã foi outro episódio emblemático da Guerra Fria. Pode-se dizer que seu primórdio se deu ainda durante o processo de independência desse Estado do domínio francês. A França não ansiava conceder independência de todo o Estado vietnamita, pretendendo ter o controle de certas áreas do país. Esta atitude do governo francês ajudou a desencadear uma luta

vietnamita por independência total, sendo que esta luta contou com o apoio do governo chinês, a partir de 1950, fornecendo armas e equipamentos.

Em 1954, com o fim da guerra da Indochina, e a conferência de Genebra para negociar a paz, o Vietnã foi dividido em dois: Vietnã do Norte, sob influência soviética e Vietnã do Sul, sob influência estadunidense. Esta divisão estaria valendo até as eleições para unificação do país, em 1956. No entanto, após um golpe militar, em 1955, Ngo Dinh-Diem declarou independência do Vietnã do Sul, iniciando assim os confrontos entre o norte e o sul.

A guerra por unificação durou cerca de quatorze anos e culminou na impossibilidade dos EUA impedir a expansão do comunismo pelo sudeste asiático, onde Camboja e Laos também se tornaram adeptos dessa ideologia. A unificação do Vietnã se deu em 1976, quando passou a chamar-se República Socialista do Vietnã.

A corrida armamentista entre EUA e URSS possibilitou o inchaço dessas potências com diversos tipos de armamentos letais, que colocavam elas próprias em risco, e este risco real foi fator decisivo nos anos subsequentes à crise dos mísseis em Cuba. As mudanças internacionais e a manutenção do equilíbrio bipolar requeriam o relaxamento das tensões entre ambos os contendentes (Sá, 2007).

O esfriamento da Guerra Fria está relacionado com às novas questões que foram surgindo no cenário internacional, dando lugar à *détente*. De acordo com Magnoli (1988, p. 79):

A *détente* representaria uma alteração substancial na geometria do poder planetário, com um enfraquecimento da bipolaridade ou, pelo menos, com a emergência de dinâmicas geopolíticas complicadoras, capazes de tornar secundária a noção de bipolaridade.

A cooperação passou a ser de maior relevância e interesse do oriente e ocidente, apesar de ainda existirem áreas de conflito entre as potências. Lohbauer (2005) aponta as mudanças dos personagens no poder como ingrediente para a coexistências pacífica. A morte de Stalin em 1953, teria causado instabilidade nas relações do Kremlin com seus satélites; nos EUA a eleição de Eisenhower levaria a política anti-URSS a uma certa inatividade.

O clima de détente gerou um certo afastamento dos EUA e da URSS de suas zonas de influência, o que, no caso soviético, pode ter agravado o problema com a China. O rompimento sino-soviético se dá na década de 1960, amparado pela quebra da parceria em cooperação nuclear e pela aproximação entre China e Estados Unidos.

A flexibilização na relação da União Soviética com seus satélites, tanto na era Khrushchev quanto na era Brejnev, foi direcionada pela ideia de coexistência pacífica, o que se estendeu para as relações com o Ocidente. Apesar do estremecimento das relações sino-soviético na década de 1960 e o retorno chinês ao Conselho de Segurança da ONU<sup>6</sup> através do apoio dos EUA, a União Soviética não viria a endurecer as relações com o bloco ocidental, pelo contrário, o Kremlin procurou diminuir as tensões com o Ocidente em função do risco de um conflito com a China, no Oriente (SÁ, 2007).

O clima de détente foi seguido por uma alteração na balança mundial de poder, onde a emergência de complicadores geopolíticos enfraqueceu a divisão bipolar (MAGNOLI, 1988) e, a integração de novos Estados ao sistema internacional reforçou o momento de relaxamento das relações. Além do mais outros países<sup>7</sup>, além da URSS e dos EUA, já eram possuidores da bomba atômica e de hidrogênio, sendo este um fator relevante para analisar a distensão entre oriente e ocidente na década de 1960 em diante.

Ademais, a Guerra Fria teve três momentos de maior tensão: o bloqueio de Berlim, a Guerra da Coreia e a crise dos mísseis em Cuba. Todas essas questões envolviam questões territoriais e busca por zonas de influência, tanto soviética como estadunidense. E esse foi o motor da Guerra Fria da década de 1960 em diante. O desenho do conflito nesse período, sob o aspecto da busca por zonas de influência, fica ainda mais notório em função da descolonização provocada pelo enfraquecimento das potências coloniais europeias.

---

<sup>6</sup> A China havia sido vetada pelos EUA na ONU com o advento da Revolução de 1949 e a elevação do Partido Comunista Chinês ao poder.

<sup>7</sup> “São potências nucleares secundárias a Grã-Bretanha, a China e a França, todas possuidoras de bombas atômicas e de hidrogênio em pequeno número e carentes de vetores intercontinentais. A Índia explodiu em 1974 sua primeira bomba-A, mas dificilmente pode ser vista como uma potência nuclear. África do Sul, Israel e Paquistão possivelmente já dispõem de artefatos atômicos primitivos” (MAGNOLI, 1988, p. 51).



## 2.2. O REALISMO POLÍTICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA GUERRA FRIA

A teoria realista das relações internacionais ganhou proeminência com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, afirmando-se sobretudo durante a vigência da Guerra Fria. É sabido que o mundo da Guerra Fria estava dividido entre duas superpotências: EUA e URSS – são chamadas de superpotências, pois dispunham de um poder sem precedentes de destruição total (MORGENTHAU, 2003). Apesar de os EUA, a princípio, ser superior à URSS, principalmente no âmbito militar, observou-se que, com a escalada do conflito o molde realista de compreensão das relações internacionais foi determinante para o jogo político de aquecimento e posterior arrefecimento do conflito.

A divisão do mundo durante a Guerra Fria obedeceu à lógica do equilíbrio bipolar. Estados Unidos e União Soviética concluíram a Segunda Guerra como os principais países do globo e, como consequência, catalisadores ideológicos da divisão bipolar. De acordo com Raymond Aron (1986, p. 203),

Bipolar é a configuração da relação de forças na qual a maior parte das unidades políticas se agrupa em torno de duas dentre elas, cujas forças superam a das demais. [...] O objetivo dos atores principais é não se colocar à mercê de um rival. Como os “dois grandes” conduzem o jogo, e os pequenos, mesmo unidos, não podem forçar nenhum deles, o princípio de equilíbrio é aplicado às relações entre coalizões, formadas em torno dos dois Estados principais [...].

A busca por maximizar o poder foi a tônica de toda a Guerra Fria. Inicialmente, a ampliação das zonas de influência estadunidense e soviética no mundo foi em decorrência da necessidade dessas potências de projetar poder sobre os países do sistema internacional. O domínio político e ideológico de um Estado sobre o outro traduz a forma realista de entender o poder no sentido mais cristalino do conceito.

O estado de natureza encontrado no contexto bipolar da Guerra Fria é naturalmente entendido nos escritos de Hobbes em *Leviatã*, quando se transpõe a ideia para a seara internacional. EUA e URSS disputavam entre si a hegemonia do sistema, logo, de acordo com Hobbes (s/d), se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos.

Ora, a disputa soviético-americana baseava-se, sobretudo, na desconfiança, no medo que um Estado impunha ao outro e, segundo Hobbes (s/d), para suplantar essa desconfiança o meio razoável seria a antecipação, isto é, “pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas e todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo”. No sistema internacional, essa ideia hobbesiana legitimou a busca por ampliação das zonas de influência.

Visto isso, fica notório que a guerra não versa apenas no duelo, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida (HOBBS, s/d). Essa noção hobbesiana sobre a guerra sintetiza de forma precisa o que foi a Guerra Fria, uma vez que ambos os lados desse conflito viviam às turras e na iminência de um enfrentamento.

Deveras não houve enfrentamento militar direto entre EUA e URSS durante a Guerra Fria, todavia houve momentos de grande acirramento das tensões, por exemplo, com o Bloqueio de Berlim, a Guerra da Coreia e a crise dos mísseis de Cuba. Um fator determinante para o não enfrentamento entre as superpotências foi a corrida armamentista. Os armamentos são os instrumentos de maior importância para manter ou restabelecer o equilíbrio de poder, seja esse equilíbrio instável ou estável. De acordo com Morgenthau (2003, p. 343),

A corrida armamentista, na qual a nação **A** tenta igualar, e depois ultrapassar, a quantidade de armamentos da nação **B**, e vice e versa, constitui o instrumento típico de um equilíbrio de poder dinâmico e instável. [...] Desde o fim das guerras napoleônicas, surgiram numerosas tentativas no sentido de criar um equilíbrio de poder estável, talvez até mesmo de estabelecer-se uma paz permanente, mediante o recurso do desarmamento proporcional das nações antagonistas.

A máxima de equilibrar o poder durante a Guerra Fria foi observada quando ambos os Estados contendentes notaram que, caso houvesse uma guerra entre eles seria de proporções catastróficas, uma vez que ambos possuíam armamentos para destruir o planeta, logo, o armamento e o risco que ele passou a representar para o mundo foi o fator dissuasório das relações internacionais nesse período.

Ademais, os norte-americanos e os soviéticos combateram a Guerra Fria influenciados pela noção realista de prestígio. A política de prestígio é fundamental para o Estado, pois é através dela que a nação demonstrará sua reputação de dispor de poder. Durante toda a Guerra Fria, EUA e URSS procuraram impressionar um ao outro através da exibição do progresso tecnológico, do poderio militar, do potencial econômico e dos princípios políticos com o intuito de maximizar o prestígio de um sobre o outro. O propósito dessa política de prestígio era manter os aliados, enfraquecer o adversário e conquistar o apoio dos países neutros (MORGENTHAU, 2003).

### 2.3. A GUERRA FRIA E OS TRANSBORDAMENTOS PARA A AMÉRICA LATINA

A América Latina, talvez por estar geograficamente no mesmo continente que os EUA, até o início da Guerra Fria era uma região de baixa prioridade para a política externa estadunidense. Em 1952, com a administração Truman houve uma reviravolta, de acordo com Carbone (2006, p. 7):

se manifestaba la necesidad tanto de “buscar la solidaridad hemisférica” en apoyo a la política norteamericana de contención global del comunismo, como de lograr “la cooperación de las naciones latinoamericanas para salvaguardar al continente, a través de la adopción de medidas de defensa contra la agresión externa y la subversión interna.

Através dessa nova perspectiva visualizada para a América Latina, os EUA passaram a combater governos e revoluções marxistas ou sindicalistas, controlando a conjuntura política e militar nos países latino americanos (LYRA JUNIOR, BELLINTANE, 2014). Diversos acordos, tratados, resoluções, dentre outros acontecimentos foram cancelados pelos Estados Unidos neste período, de forma que não se dá para compreender a Guerra Fria nesse hemisfério sem as intervenções dos EUA (IANNI, 1988).

O caso supracitado de Cuba, exemplifica bem esta questão. Cuba é um país latino americano que passou por processo de ditadura, cita-se a de Fulgencio Batista, de 1952 a 1959. Apesar de os Estados Unidos saberem que este era um regime autoritário e truculento optaram pela manutenção da ditadura

de Batista, uma vez que ele agia de acordo com as vontades estadunidenses nas questões referentes a divisão da Guerra Fria.

No entanto, apesar das investidas políticas e financeiras dos EUA no regime ditatorial de Batista, a revolução castrista conseguiu obter êxito sobre o regime outrora instalado. Esse episódio de Cuba ressaltou as prioridades que o conflito bipolar trouxe para a época, pois apesar de Cuba ser um país pertencente ao mesmo continente que os EUA, o que prevaleceu na questão cubana não foi o bem-estar da “população irmã”, mas sim o interesse de autoproteção estadunidense frente ao que Cuba poderia (e veio) se tornar.

Os EUA buscavam um estreitamento político, militar, cultural, econômico com a América Latina, a fim de maximizar sua influência sobre os países irmãos e garantir o apoio latino americano nos principais centros de decisão de política internacional. Essa relação de dependência desenhada pelos Estados Unidos ficou conhecida como a doutrina da segurança hemisférica (IANNI, 1988).

### **2.3.1. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA NO BRASIL**

Logo após o término da Segunda Guerra, o Brasil e a América Latina como um todo ficaram sob o guarda-chuva securitário dos Estados Unidos. Isso ficou evidente com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, que previa a manutenção da paz e a segurança do hemisfério, sendo este mais um mecanismo de segurança criado pelos norte-americanos afim de apoiar a neutralização da URSS no globo.

Este tratado foi assinado Durante o governo de Gaspar Dutra (1946-1950), e caracterizou o que ocorreria durante os anos de 1946 a 1961 que foi o alinhamento entre a política externa estadunidense e a brasileira. Apesar deste período de alinhamento direto, houve momentos na política externa brasileira em que existiu um certo distanciamento político dos EUA, o que pode ser observado na Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

A PEI, que era embasada no nacionalismo tinha um caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos a nenhuma das ideologias existentes neste período. Isso foi muito relevante, porquanto o Brasil ampliou seu leque de possibilidades nas relações internacionais, e isto em um momento propício do cenário internacional, de acordo com Cervo e Bueno (2014, p. 332):

Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois aproveitou-se do receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberto pelo regime de Cuba. Em termos de contexto mundial, a descolonização e a crise nas relações soviético-norte-americanas, ainda por causa do problema cubano, facilitaram as formulações da PEI com respeito ao não realinhamento aos Estados Unidos, pois era uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos.

O reestabelecimento das relações com a URSS, que estavam suspensas de 1947, foi um dos pontos que mais chamaram a atenção para o governo de Jânio Quadros, bem como a aproximação com a China através de uma visita comercial chefiada pelo seu vice, João Goulart. Tais atitudes revelavam o compromisso do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com a PEI, pois agora havia a manutenção de relações tanto com o bloco socialista quanto com o capitalista.

No que tange a questão cubana, o governo de Jânio Quadros foi contra a invasão à Baía dos Porcos, reafirmando assim o compromisso da política externa brasileira com os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos. Apesar de alguns desentendimentos conjunturais, no período de Jânio Quadros existiu uma boa relação com os EUA, sobretudo em decorrência de Washington ser o principal parceiro comercial bem como o maior investidor no Brasil (CERVO e BUENO, 2014).

Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, ascendeu à presidência seu vice, João Goulart. Goulart passou a adotar um viés diferente para a PEI, no qual ele se distanciou da Guerra Fria como um componente primordial para as definições de política externa e deu lugar a questão do desenvolvimento, mudando as atenções da política externa do eixo leste - oeste para o norte – sul.

Goulart passou a tomar atitudes nos fóruns de discussão multilateral que eram em desacordo com o “compasso de Washington” e internamente seu governo ganhou um apelo nacionalista preponderante com a desapropriação da filial brasileira da *International Telephone and telegraph* (ITT). Esses fatores corroboraram para o aumento da desconfiança dos EUA com relação ao governo de Goulart, visto cada vez mais como esquerdista e infiltrado de comunistas (MONETA, 1973 apud CERVO e BUENO, 2014).

O crescimento das diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil levou Washington a intervenções diretas no governo de Goulart, de acordo com Cervo e Bueno (2014, p. 384):

Com o crescimento das divergências, os Estados Unidos passaram a intervir na política interna brasileira. Nas eleições de outubro de 1962, o governo norte-americano prestou ajuda financeira aos candidatos anticomunistas...Ainda nesse ano de 1962, e em menor escala em 1963, os Estados Unidos aumentaram a presença de seus nacionais no território brasileiro, sobretudo no nordeste.

Um dos modos de desestabilização da política interna do Brasil foi a manipulação da assistência econômica que os EUA repassavam para o país. Próximo ao golpe militar de 1964 os Estados Unidos selecionavam governadores estaduais, prefeituras e entidades como polícia e Exército a fim de receber ajuda econômica setorizada para servir de apoio a opositores do governo de Goulart (CERVO e BUENO, 2014).

É relevante mencionar que em 1964 a Escola Superior de Guerra (ESG) já estava em pleno funcionamento, sendo que as bases dessa instituição foram buscadas na *National War College* (escola de guerra dos EUA). Ou seja, a influência ideológica anticomunista era marcante nos militares da ESG. Dessa forma, o golpe de 1964 espelhou não só a preocupação estadunidense com o governo de Goulart, mas também a inquietação dos militares com os rumos da política nacional.

As vicissitudes internacionais e nacionais desembocaram no golpe militar em abril de 1964. Os Estados Unidos foram fortes apoiadores das instabilidades que culminaram no golpe, inclusive articulando uma força tarefa via marítima com armas, munição e combustível. Esta operação ficou conhecida como

*Brother Sam*. Todavia, em decorrência do rápido desenrolar da crise, a operação não foi efetivada (CERVO e BUENO, 2014).

A instalação do regime militar no Brasil foi bem recebida por Washington, que de pronto acolheu o governo de Castelo Branco, inaugurando um novo momento para a política externa brasileira. Castelo Branco desmantelou as realizações da PEI, alinhando a política externa nacional aos EUA. No entanto esse alinhamento ideológico brasileiro se dá em um momento de abrandamento da Guerra Fria, onde as motivações ideológicas deveriam ficar em segundo plano, priorizando os interesses nacionais.

Já com Costa e Silva a política externa recobrou a autonomia que tinha com Jânio Quadros e João Goulart, não dando espaço para alinhamentos automáticos ou oposições incondicionais, mas buscando o desenvolvimento através do aproveitamento das oportunidades que o setor externo pudesse oferecer (BUENO e CERVO, 2014).

Até este momento buscou-se ressaltar como uma questão em nível global, a Guerra Fria, influenciou as tomadas de decisão em nível regional, América Latina, e nível nacional. Por isso não há como dissociar o golpe militar de 1964 e seus posteriores acontecimentos do contexto regional e global.

### **2.3.2. O CONTEXTO DA GUERRA FRIA NA GUYANA**

A Guyana era uma colônia inglesa na América do Sul e teve sua independência no ano de 1966, possivelmente influenciada pelos movimentos de emancipação que ocorriam na África, no mesmo período. Grande parte desses nacionalismos de independência, principalmente após 1945, eram inspirados no anti-imperialismo e desta feita, associados à ideologia socialista. De acordo com Hobsbawn (1990, p. 178), “a liberação nacional tornou-se uma palavra de ordem das esquerdas.”

A independência da Guyana se desenhou nesse contexto internacional e regional de contenção da esquerda socialista, principalmente após a implantação de um regime socialista na América Latina (Cuba). Logicamente os

EUA estavam observando e agindo para que o processo de independência guianense não se tornasse mais um problema em sua esfera de influência.

Antes da independência a instabilidade política rondava esta colônia britânica, sobretudo pelo interesse norte-americano em dificultar a instalação de um governo socialista em sua área de influência e pelas disputas étnicas pelo poder. A divisão política na Guyana era marcadamente étnica, sendo que os dois partidos principais, o People's Progressive Party (PPP) e o People's National Congress (PNC), estavam divididos entre indoguianenses e afroguianenses, respectivamente.

Não havia coesão entre os partidos políticos, logo o benefício de um grupo étnico em detrimento do outro ocorria de modo aparente na política guianense. Nesse contexto, ficava claro que o grupo marginalizado sentia-se ameaçado e privado dos seus interesses, sendo de caráter prioritário a eliminação dessa ameaça. Este cenário recordou a Hobbes e o estado de natureza onde o homem é apontado como o lobo do homem, uma vez que esta discriminação étnica causou desgaste nas relações entre os habitantes, ocorrendo enfrentamentos diretos.

O PPP era o partido mais forte da Guyana, uma vez que a maioria da população era indoguianense, no entanto o líder desse partido, Cheddi Jagan, tendia fortemente para o socialismo, contrariando a política pró-EUA que a Inglaterra defendia para a colônia. O PNC – fruto da divisão do PPP – era liderado por Forbes Burnhan e era o partido que representava os afroguianenses, população em menor número na Guyana, todavia o líder deste partido, apesar de socialista, conseguiu adquirir o apoio inglês e norte-americano.

As instabilidades geradas pelos problemas étnicos e sindicais na colônia levaram a várias intervenções da metrópole a fim de assegurar o direcionamento político-ideológico de sua possessão. E influenciada pela política estadunidense para a América, a Inglaterra não estava em posição de se indispor com os EUA. Logo, a influência estadunidense na política da colônia inglesa foi algo determinante para a sua independência. De acordo com Serbin (1980, p. 202-203):



*En este proceso, al margen de las variables internas de enfrentamiento ideológico y personal, incidió un conjunto de variables externas, representadas por la progresiva influencia norteamericana en el sindicalismo guyanés controlado por Burnhan, la creciente intervención británica en el control del gobierno colonial y la dinámica política internacional, en el marco de la “guerra fría”. En este contexto, Grã Bretaña y los Estados Unidos, tendieron a reforzar y apoyar la posición de Burnhan, como alternativa política a la influencia “comunista” de Jagan, originariamente apoyado por el PC británico y la federación sindical internacional de orientación pro-soviética.*

Nas eleições de 1961 Cheddi Jagan conseguiu a maioria das cadeiras da Assembleia e optou por continuar a aproximação com a URSS e com Cuba, fato este que não agradou aos Estados Unidos, que passaram a agir firmemente com o intuito de desestabilizar o governo de Jagan<sup>8</sup>. De acordo com Rabe (2005), houve incitação norte americana a assassinatos, incêndios, explosões, tudo com o objetivo de minar o governo socialista de Jagan.

O ápice mundial das lutas nacionalistas por descolonização foi a década de 1960. Diversos países africanos e asiáticos conseguiram sua independência nesta década. A Guayana estava incluída nesse processo de intensificação das reivindicações por independência. Jagan, apesar de ser um símbolo guianense na luta pela independência, perdeu espaço aos olhos da Inglaterra e dos EUA, uma vez que suas políticas pró-URSS não estavam de acordo com a zona de influência onde a Guayana estava inserida.

A autonomia da colônia britânica foi decretada em 26 de maio de 1966. A partir de então, Burnhan deu início a uma série de políticas que objetivavam fortalecer e expandir o PNC na esfera estatal. Em âmbito de política externa, a Guayana passou a ser responsável por suas próprias questões, sem a condução da Inglaterra. Isso incluiu a responsabilidade de conduzir os problemas de demarcação fronteiriça, com a Venezuela e o Suriname.

Além da questão fronteiriça, após a independência o governo Burnhan perdeu-se da linha política pró-Estados Unidos que o permitiu chegar ao poder.

---

<sup>8</sup> Nesse contexto de Guerra Fria e receio quanto à ameaça comunista, os EUA intervieram em diversos países nas Américas impondo um consenso estratégico e ideológico de acordo com seus interesses para sua zona de influência. Para isso, de acordo com Buzan e Waever (2003) apoiaram golpes militares na região com o intuito de controlar os riscos pró comunistas. Atitude essa embasada na Doutrina Monroe, que justificava a intervenção fora das fronteiras norteamericanas.

As políticas nacionalizantes juntamente com a propagação da necessidade de autossuficiência econômica da Guyana levaram o país ao caos na economia. Burnhan objetivava a transformação da economia guianense, segundo ele, saindo de uma economia colonial e dependente internacionalmente para uma economia nacional. No entanto, após ver a impossibilidade desse plano, Burnhan passou a receber auxílio econômico soviético e de países do Leste Europeu (LINHARES, 2013).

O principal conflito em que a Guyana teve envolvimento, desde a independência, foi a Revolta do Rupununi, em 1969. Esse conflito foi ocasionado pela política socialista que Burnhan passou a adotar para a Guyana após a independência e também está diretamente ligado ao problema fronteiriço com a Venezuela<sup>9</sup>.

A revolta foi organizada por fazendeiros criadores de gado que se sentiram prejudicados com a política de socialização de terras do governo de Burnhan. Com esse receio, os fazendeiros se organizaram, e com o apoio venezuelano deram início à revolta. O auxílio de Caracas à sublevação se deu em função da ideia de enfraquecer internamente a Guyana para retomar parte do território em disputa.

O apoio venezuelano se deu através de treinamento e armas. No entanto, o movimento não conseguiu seu objetivo, que era a independência da região de Rupununi, sendo que a *Guyana Defense Force* (exército guianense) o reprimiu com violência, ocorrendo a fuga de muitos revoltosos para o Brasil. O exército brasileiro chegou a prender um avião venezuelano em território nacional com toneladas de munição e armamento.

Essa revolta causou preocupação nas autoridades brasileiras não só pelo fato de ter como vizinho um país se desenhando como socialista, mas também pela facilidade como os revoltosos conseguiram entrar em território nacional, ferindo assim a soberania do Estados brasileiro.

---

<sup>9</sup> A Venezuela reivindica da Guyana a região de Essequibo, que corresponde a cerca de 160 mil km<sup>2</sup> do território guianense.

Até o momento buscou-se com este capítulo refletir sobre a Guerra Fria como um conflito internacional que provocou transbordamentos para o nível regional e nacional. Os países periféricos e os centrais regiam suas políticas internas e externas com base no cenário global de conflito. Em nível regional e nacional era da mesma forma, no entanto com o diferencial de estar sob o guarda-chuva hemisférico dos EUA. Isso implicou em intervenções diretas em diversos países latino-americanos, dentre eles no Brasil, e guardadas as devidas proporções, na Guyana.

A nova configuração política brasileira da década de 1960 muito se deveu às intervenções norte-americanas. Logo, com os militares no poder há uma maior atenção com as questões de segurança de fronteiras e com a Amazônia, principalmente em relação ao papel geopolítico dessa região para o Brasil.

Assim, a prevalência de análises geopolíticas acerca da preservação, soberania e segurança das fronteiras alargou-se com a tomada do poder pelos militares, sendo que isso reverberou nas iniciativas estatais para a Amazônia, região geoestratégica para a política nacional.

### 3. CAPITULO 2: BRASIL, AMAZÔNIA E GEOPOLÍTICA

A geopolítica brasileira, que tem suas bases no pensamento de Mário Travassos, Everardo Backheuser e nos mais contemporâneos Golbery de Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, tem três objetivos centrais: 1) Ocupação de todo o território nacional; 2) Expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico; 3) Formação de uma grande potência mundial. Tais objetivos refletiram na política nacional a partir da década de 1960.

Em se tratando de política internacional, a Guerra Fria serviu de base para algumas mudanças ocorridas no Brasil durante a década de 1960. Uma delas foi a tomada do poder pelos militares em decorrência das pressões externas causadas pelos EUA em contraposição ao perigo comunista que afligia o Brasil.

Com a ascensão dos militares ao poder, no ano de 1964, as ideias de ocupação do território nacional, e de segurança nacional, apoiadas na Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>10</sup>, ganharam força e passaram a conduzir a política nacional e internacional do Estado brasileiro. As principais iniciativas da década de 1960, em se tratando de Amazônia foram baseadas na máxima do presidente Castelo Branco: “Integrar para não entregar”.

Anteriormente aos militares, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) continuou incentivando a ocupação dessa região, tratando-a como estratégica para os interesses nacionais. Essa medida ficou conhecida como Marcha para o Oeste e tinha por objetivo a ocupação do território nacional, que até então estava concentrado na região litorânea. Todavia o interesse por essa região está presente desde o século XVII, nas literaturas sobre a época da borracha, e no pensamento de geopolíticos brasileiros, inspirados por Ratzel e Kjellén, desde 1920 (SANTOS, 2013).

A Amazônia brasileira corresponde a sessenta por cento do território nacional e se distribui por nove estados: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre,

---

<sup>10</sup> Segundo Carlos de Meira Mattos (2011, p. 144-145): “De 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência maior nas decisões de governo. Entretanto, formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento. Formou elites civis e militares, aptas a pensar no Brasil com objetividade, como um todo, a se exercitarem na formulação de uma política de aplicação do poder nacional para a segurança, a se aprofundarem nas tentativas de selecionar rumos para o nosso desenvolvimento”.

Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e do Maranhão. Além do que, sete dos dez países que fazem fronteira com o Brasil são Estados amazônicos: Guiana Francesa, Guyana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Suriname.

Esses números ressaltam a importância dessa região para a política nacional, principalmente com o advento do fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, pois ficou notório a necessidade de resguardar as fronteiras nacionais e povoar o território, uma vez que o Estado exerce sua soberania e poder dentro do seu território.

Essas questões de soberania e poder tinham amparo nos estudos da ESG sobre geopolítica, e serviram de base para ampliar o conhecimento acerca de outras áreas determinantes para a política nacional, tais como: Segurança Nacional, Poder Nacional, Objetivos Nacionais, dentre outros (OLIVEIRA, 2005).

### 3.1. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) desenvolvida pela ESG tem profunda influência da *Nation War College*, dos EUA. O histórico de difusão desse preceito remonta à Guerra da Coreia conjugada com a Revolução Chinesa. Esses conflitos geraram uma grande instabilidade no cenário internacional e colocaram na berlinda a possibilidade de um enfrentamento direto entre EUA e URSS, o que permitiu a criação de uma série de acordos bilaterais, com autorização do congresso estadunidense, que foram aplicados a partir de 1952, através da Lei de Segurança Mútua (FERNANDES, 2009). Tais acordos previam ajuda militar entre os exércitos latino-americanos e o Pentágono<sup>11</sup>.

Para Washington, a defesa nacional estadunidense estava muito além das fronteiras: tratava-se de proteger os seus interesses ao redor do globo,

---

<sup>11</sup> De acordo com FERNANDES apud MARTINS FILHO (2009) a cooperação militar, no final da década de 1950, consistia em: 1) missões militares norte-americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta [sic] e oito assessores das três forças; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, à vista ou a crédito; 5) visitas regulares ao EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM (MARTINS FILHO, 1999 p. 69).

combatendo os socialistas e ampliando sua zona de influência. A Lei de Segurança Mútua, nesse contexto, veio para garantir o controle da Casa Branca sobre os países latino-americanos, expandindo a defesa nacional para essa região.

A década de 1950 foi o período em que se firmaram os elementos que permitiram a dispersão das ideias da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA e difundida através das Escolas militares, para a América Latina: Escola Superior de Guerra, no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.

Com a instalação do regime comunista em Cuba, a estratégia estadunidense para combater essa ideologia na América Latina sofreu uma mudança: ao invés de enfrentá-la apenas em nível regional (defesa hemisférica), passou-se a tratar como uma questão interna, ou seja, os EUA passaram a fornecer meios para os países da região combaterem o comunismo dentro de suas fronteiras.

Tal mudança abriu espaço para intervenções estadunidenses em países que se demonstravam indiferentes às suas iniciativas, por conseguinte, não era considerado se a desestabilização produzida por eles iria conduzir à posse de um governo anti-democrático, corrupto ou autoritário. Uma política realista, pois o interesse nacional estadunidense estava sendo imposto através do poder político-militar em detrimento da fragilidade do Estado impactado.

Dessa forma, os EUA conseguiram penetrar nos países latino-americanos difundindo os conceitos da DSN, tais quais: a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental em contraposição ao comunismo ateu. O conceito de “fronteiras ideológicas” também serviu de base para estas intervenções. As fronteiras geográficas e territoriais deram lugar a essa nova perspectiva de limite, pois facilitava a ingerência nos assuntos internos de países que apresentassem algum risco para Washington (FERNANDES, 2009). Assim, as ditaduras civis-militares no Brasil, na Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile, nas décadas de 60 e 70, foram marcadas pelas diretrizes da DSN.

### 3.1.1. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL

O contexto global de conflito, tanto da II Guerra quanto da Guerra Fria, foram propícios para a aproximação entre os EUA e o Brasil. Na II Guerra o Brasil apoiou, mesmo que timidamente, o bloco norte americano e isso se revestiu em prestígio para os brasileiros, que passaram a gozar da confiança política e militar de Washington na região, tanto que o intercâmbio militar entre os dois países se intensificou, principalmente para a fundação da ESG.

Essa aproximação se potencializou com a eclosão da Guerra Fria e a preocupação estadunidense com o perigo comunista no governo brasileiro. Apesar disso, os EUA já haviam enredado os militares do Brasil com as ideias de Segurança Nacional ainda no período de fundação da ESG – 1949 – o que, posteriormente, se concretizou no golpe militar de 1964.

A noção de Segurança Nacional estava ligada às ideias geopolíticas de ocupação e proteção do território, principalmente após a instalação de um regime comunista na América Latina e por haver países limítrofes ao Brasil que passavam por instabilidades políticas. Temos a Guyana como exemplo. Logo, para os geopolíticos, território e poder foram aspectos relevantes na elaboração da DSN.

O principal pensador e articulador político acerca da segurança nacional foi Golbery de Couto e Silva. Este autor traçou as diretrizes principais da Doutrina de Segurança Nacional no livro “Pensamento Estratégico”, em 1954 e foi um de seus principais propagadores durante todo período militar. Importante ressaltar que Golbery via o Brasil como um “representante da civilização ocidental”, logo, “membro natural do bloco anti-comunista” (CURADO, 2011, p. 7).

O conceito de Segurança Nacional para a ESG está vinculado às garantias que o Estado dá à nação para esta atingir seus objetivos e interesses. Destarte, existem certos fatores que irão corroborar para que o Estado dê essas garantias, dentre os quais: o grau de desenvolvimento do país; os objetivos nacionais já alcançados, a índole do povo, a conjuntura interna, as relações externas (GALVÃO, 1988).

Observa-se que anterior ao golpe militar de 1964 o Brasil passava por uma estagnação econômica: a dívida externa estava alta, havia queda na produção interna, alta inflação, nível de desemprego elevado e baixos salários. Este contexto prejudicava o crescimento do país ao mesmo tempo que causava crises internas. Este cenário somado às questões da Guerra Fria proporcionaram o pano de fundo para o golpe militar.

Por outro lado, o termo Segurança Nacional pode ser considerado vago, uma vez que o inimigo é indefinido. Não se sabia o que estava defendendo, mas sabia contra quem o estava: o comunismo. Não é à toa que muitos abusos foram cometidos neste período da história, justificados por um dos principais conceitos da DSN: “o do inimigo interno”<sup>12</sup>.

Em discurso proferido na ESG em 1967, o Presidente Castelo Branco falou sobre o alargamento do conceito de segurança nacional, anteriormente fundamentado apenas sob o viés da defesa nacional:

A primeira parte a fixar é a dilatação do conceito de segurança nacional, bastante diferenciado, hoje, do conceito mais restrito de defesa nacional. A diferença é dupla. O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa (Castelo Branco *apud* Mattos, 2011, p. 145).

A DSN estava baseada em alguns pilares principais que conduziam o governo nacional, sendo eles: os Objetivos Nacionais, divididos em permanentes e atuais; a Estratégia Nacional; e o Poder Nacional, dividido em poder político, poder econômico, poder psicossocial, poder militar.

---

<sup>12</sup> “Durante a Ditadura Civil-Militar, o inimigo interno estava relacionado ao subversivo, ao comunista, ou seja, um inimigo político que propunha um novo paradigma de governo contrário ao regime. Utilizando como argumento a segurança nacional, o regime militar se utilizou de medidas autoritárias e fortemente violentas e repressivas associadas a ações de inteligência a fim de identificar e eliminar o possível inimigo da nação. Vale lembrar que durante o período, o mundo estava imerso em grande sensação de insegurança e medo, e no Brasil, a partir da implementação da Doutrina de Segurança Nacional, a população passou a agir como delatora, entregando suspeitos de subversão para o governo justamente por conta desta atmosfera tensa” (MENDONÇA, 2015, p.2).



Os Objetivos Nacionais, de acordo com a ESG, são as metas e as necessidades de uma nação. Os Objetivos Nacionais Permanentes são aqueles que subsistem ao longo do tempo e são primordiais para a manutenção do Estado: Integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Os Objetivos Nacionais Atuais correspondem a etapas intermediárias ou metas realísticas, “decorrem da incapacidade momentânea de o Poder Nacional atingir plenamente os Objetivos Nacionais Permanentes” (GALVÃO, 1988, p. 86).

A Estratégia Nacional diz respeito ao *modus operandi* de como cumprir os objetivos traçados. É a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para alcançar e/ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional. A principal meta seria a de manter a Segurança Nacional, não limitando os meios para atingir este fim. Dessa forma a identificação de áreas estratégicas, como a Amazônia e regiões de fronteira, são produtoras para a implementação da Estratégia Nacional (ZAGO, 2007).

O Poder Nacional era um instrumento da Política Nacional para a conquista e /ou manutenção interna ou externa dos Objetivos Nacionais. O Poder Político diz respeito aos órgãos e funções de direção da Sociedade Política. O Poder Econômico deve permitir a satisfação do bem-estar através do aumento da disponibilidade de bens e serviços, proporcionar igualdade na busca por emprego e justa distribuição de rendas, promover o equilíbrio regional, permitir a expansão da fronteira econômica.

O Poder Psicossocial se expressa através de fatores e fenômenos psicológicos e sociais, sendo os seus fundamentos: a população, meio ambiente e instituições sociais. O Poder Militar é a integração de todos os elementos que participam do Poder Nacional e que se manifestam por efeitos, principalmente militares. Seus componentes são: Poder Naval, Poder Militar Terrestre e Poder Militar Aeroespacial (ZAGO, 2007).

### 3.2. SEGURANÇA NACIONAL E GEOPOLÍTICA

De acordo com o que foi exposto anteriormente, a Segurança Nacional visa dar à nação condições para esta atingir seus objetivos interesses. Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, a noção de Segurança Nacional passou a se afirmar de forma mais enfática baseada em fatores geográficos<sup>13</sup>, ou seja, uma geopolítica de segurança nacional (TOSTA, 1984).

No livro *Teorias Geopolíticas*, o Coronel Octavio Tosta faz um apanhado de conceitos sobre o que seria a geopolítica, traçando uma diferenciação com a geografia política. De acordo com Vicens Vives “a geografia política é o ramo da geografia humana especializada na análise geográfica do Estado, tanto em seu desenvolvimento histórico como em sua estrutura atual”, ocupando-se também do “aspecto geográfico das relações estatais” (VIVES apud TOSTA, 1984, p. 23).

Já para Arthur Dix, a geografia política seria a “ciência que estuda a morada e a esfera de poderio dos Estados”. O campo de observação, nesse caso, seria superfície terrestre, cenário que abriga os seres humanos organizados na estrutura estatal, e as relações das coletividades políticas com o espaço que habitam seria sua principal ocupação (DIX apud TOSTA, 1984, p. 23).

O conceito de geopolítica, apesar das semelhanças com a geografia política, está mais voltado para o campo da política (BACKHEUSER apud TOSTA, 1984). Para Spykman, a geopolítica é o “planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos”. Para os geopolíticos alemães a geopolítica é uma ciência que demonstra dependência entre a política e o solo:

Ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, em particular da geografia política, a qual é doutrina dos organismos políticos espaciais e de sua estrutura. A geopolítica visa a fornecer os instrumentos para a ação política. A geopolítica pretende e deve tornar-se a consciência geográfica do Estado (TOSTA, 1984, p. 24).

---

<sup>13</sup> O lema “Integrar para não entregar”, divulgado pelo presidente Castelo Branco em 1966, representa bem essa geopolítica de Segurança Nacional no contexto do regime militar.

Os conceitos de geopolítica adotados pelos alemães, influenciaram a corrida de Adolf Hitler em busca do espaço vital<sup>14</sup> alemão, durante a Segunda Guerra e extrapolaram opiniões a fim de justificar as atrocidades do regime Nazista perante a sociedade alemã e o sistema internacional. Eis um exemplo acerca do conceito de geopolítica utilizado: “A geopolítica é a ciência das características raciais que determinam o desenvolvimento dos povos e dos Estados” – Instituto de Geopolítica Alemão.

Dito isto, pode-se ressaltar que a evolução do conceito de geopolítica nos permite falar de uma geopolítica brasileira, alemã, francesa, ou seja, cada Estado desenvolverá as aplicações pertinentes ao ambiente geopolítico a que estiver inserido. O autor Haushofer (*apud* TOSTA, 1984) alargou o conceito de geopolítica ao tratar os problemas políticos do Estado sob este viés. Logo, questões raciais, migratórias, ocupação econômica do solo e às relativas à densidade demográfica estariam integradas aos estudos geopolíticos.

No caso brasileiro, a geopolítica amazônica sempre foi um aspecto relevante para o Estado, principalmente sob as feições da amplitude do território amazônico e as problemáticas advindas disso. Quanto a isso, as demandas fronteiriças são centrais para o entendimento da lógica por trás da fundação dos territórios federais. Dos cinco territórios federais criados em 1943 por Getúlio Vargas, três estavam na região Amazônica – Rio Branco, Guaporé e Amapá. O contexto internacional dominante à época de suas criações provavelmente pesou na decisão de Getúlio Vargas.

Segundo Guerra e Guerra (1964), as motivações de Getúlio Vargas para a criação dos territórios federais em áreas de fronteira estava baseado na

---

<sup>14</sup> “Para os geopolíticos alemães, *lebensraum* (espaço vital) é o direito que uma nação tem de ampliar o espaço para sua população” (TOSTA, 1984). Adolf Hitler ao analisar a relação entre o *lebensraum* e a segurança de uma nação, observa: “As dimensões do território de uma nação constituem fator essencial à determinação de sua segurança externa. Quanto maior for o espaço que um povo tiver a sua disposição tanto maior será a sua proteção natural: é por isso que as vitórias militares sobre as nações comprimidas em pequenos territórios tem sido sempre alcançadas com maior facilidade e rapidez do que as obtidas sobre Estados de maior extensão territorial. Portanto, a grande extensão territorial de um Estado garante-lhe, a não ser em casos excepcionais, uma certa proteção contra determinados tipos de ataque, uma vez que o êxito só poderá ser obtido após uma longa e árdua luta – o que torna muito ariscado qualquer ataque de surpresa. Por conseguinte, a liberdade e independência de uma nação se fundamentam na sua extensão territorial enquanto que os Estados de pequeno território constituem um convite à conquista” (HITLER, 1925, p. 131).

“segurança da integridade da faixa de fronteira”. No que tange o Território do Rio Branco, as problemáticas entre a Venezuela e a colônia inglesa (Guyana) e mesmo anteriormente entre o Brasil e a Inglaterra (Questão Pirara) devem ter motivado a criação do território.

O geopolítico brasileiro, Everaldo Backheuser em seu livro “Geopolítica Geral e do Brasil” (1948) ressalta a importância da fronteira para o Estado, denominando-a como um “órgão periférico do Estado”, dando importância a distribuição da população junto à essa fronteira (1948, p. 179):

Também reflexo dessa vitalidade nacional é a distribuição da população junto à fronteira, influenciada pela magnitude das várias instalações oficiais (civis e militares) ali existentes. Ora dar-se-ão grandes adensamentos de população, ora ao contrário, notar-se-á disseminação mais ou menos por igual em toda extensão da linha limítrofe.

Esse conjunto de caracteres econômicos, militares administrativos, sociais e demográficos, induz a reconhecer a fronteira como órgão periférico do Estado com funções basilaramente diversas de todas as demais que possui o mesmo Estado.

Desse modo, a segurança nacional, do ponto de vista geopolítico, não é só perpassada pelos estudos fronteiriços, mas também abrange a análise das relações internacionais do período, pois “o estudo de cada política nacional terá de ser feito sempre à luz da política internacional dominante” (TOSTA, 1984, p. 28).

Para Backheuser a política fronteiriça é de tal importância que não deve estar sujeita às autoridades regionais, mas sim ao poder central, pois é a fronteira que capta as influências e pressões externas, funcionando assim como a “epiderme do organismo estatal” (1948). Assim, a presença do Estado através de instituições oficiais, civis e militares, asseguraria a soberania e alargaria o poder central na região.

A política de Segurança Nacional, a partir da década de 1960, estava embasada nos conceitos geopolíticos propagados pela ESG e sofreu influência da Guerra Fria, principalmente após o êxito da revolução cubana, momento em que a internalização regional da bipolaridade passou a ser mais visível.

### 3.2.1. GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

A Amazônia é uma imponente região do globo que é composta não só pelo Brasil, mas por outros países sul-americanos. O General Meira Mattos (1980), conceituou toda essa região que engloba a Venezuela, o Brasil, o Peru, a Bolívia, o Equador e a Colômbia como Pan-Amazônia. Esse conceito nos permite visualizar a importância geoestratégica da Amazônia para o continente e para o mundo: “vigésima parte da superfície terrestre; quatro décimos da América do Sul; três quintos do Brasil; um quinto da disponibilidade mundial de água doce; e um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas” (MATTOS, 1980, p. 23).

Segundo Bertha Becker (2005), tratando de Amazônia brasileira, a geopolítica foi fundamental para o povoamento dessa região desde o período colonial. Para ela Portugal só conseguiu manter e expandir a Amazônia graças às estratégias de controle do território, pois nem mesmo os interesses econômicos foram mais importantes do que a geopolítica no sentido de manter a soberania nacional sobre essa região.

Na década de 1930, o geopolítico brasileiro, Mario Travassos Publicou o livro “Projeção Continental do Brasil”, no qual teve foco o espaço regional sul-americano, sobretudo nas relações entre Brasil e Argentina. No entanto em sua análise identificou um papel estratégico para a Amazônia, mesmo o foco político-militar estando sobre o cone sul. Para Travassos (*apud* CURADO, 2011), o domínio brasileiro sobre a região Amazônica poderia ser um fator de fortalecimento do Brasil frente ao crescimento da influência argentina na América do Sul.

Na bacia do Prata a Argentina possuía melhor estrutura viária e maior influência sobre os afluentes do rio da Prata. Nessa situação o Brasil ficava em desvantagem. A ideia de Travassos seria investir na estruturação fluvial amazônica, pois através dessa base seria possível a ligação entre todos os países amazônicos e ao oceano Pacífico. Esse cenário colocaria a Amazônia como peça fundamental na geopolítica brasileira, projetaria o poder nacional sobre os países amazônicos e alavancaria o Brasil como líder regional. Para Travassos, o papel amazônico seria definido por fatores externos a ela e que

indiretamente implicariam na ocupação e desenvolvimento da região (CURADO, 2011).

O pensamento de Golbery acerca da Amazônia refletia o discurso do vazio demográfico existente. Este autor vislumbrava um processo de povoamento amazônico através de iniciativas partindo do centro-oeste para o norte do país. Curado, analisando o pensamento de Golbery sobre os países amazônicos limítrofes ao Brasil, ressalta uma baixa preocupação com relação a eles:

Não o preocupava o fato dos centros de poder dos países amazônicos vizinhos estarem geograficamente mais próximos às fronteiras políticas amazônicas do Brasil do que os grandes centros brasileiros. Golbery leva em conta a baixíssima densidade populacional das zonas de fronteira, aliado à sua condição militarmente desguarnecida, sem que isso entretanto represente iminente ameaça à soberania nacional, pois considera que Manaus, ainda que relativamente distante, é o centro geográfico da Amazônia continental. Isso porque “os centros dinâmicos das nações vizinhas, embora muito mais próximos, se acham trepados nas *mesetas* andinas do outro lado da cordilheira e também sem comunicações convenientes com a zona limítrofe” (CURADO, 2011, p. 9).

Ainda de acordo com o autor, Golbery tinha a ideia desenvolver e interiorizar a Amazônia, não promovendo o intercâmbio fronteiriço entre os países amazônicos. A falta de conexão entre os centros dinâmicos das cidades amazônicas era visto como positivo por Golbery. Para ele esse distanciamento era positivo tanto por evitar ameaças de grupos subversivos tanto brasileiros como de outros países da Pan-Amazônia, como pela diminuição da possibilidade de conflitos por demarcação de fronteiras.

A mudança da capital nacional para o Centro-Oeste do país foi de grande importância para a integração amazônica e para a interiorização do país<sup>15</sup>. Vimos que para Golbery o povoamento da Amazônia seria uma iniciativa que deveria partir do centro do país, o que foi corroborado por Meira Mattos. Para Mattos a transferência da capital nacional para o Centro-Oeste seria o motor para a integração amazônica, principalmente com a abertura das rodovias e promoção governamental da região:

---

<sup>15</sup> “A consciência de que o país precisava se interiorizar, lançada por José Bonifácio, em 1821, começou a ganhar substância depois dessas duas grandes lições, da Guerra da Tríplice Aliança e do bloqueio de nossas costas durante a Segunda Guerra Mundial” (MATTOS, 1980, p. 149).

O passo decisivo foi dado pelo Presidente Kubitschek quando resolveu transferir a capital para o Planalto Central. Daí surgiu o estímulo para a rede de estradas rumo a Brasília e nasceram os primeiros contatos terrestres com o vale amazônico: Belém-Brasília; Brasília-Cuiabá-Porto Velho. [...] No governo do presidente Médice um novo e alentado impulso foi dado à articulação da área amazônica com o Planalto Central, assim como a própria articulação da bacia do “grande rio”. Surgiram os seguintes projetos rodoviários, extremamente arrojados: Cuiabá-Santarém; Transamazônica; Porto Velho-Manaus; Manaus-Boa Vista (Roraima), na região fronteira da República de Guiana e Venezuela; Rio Branco (Acre)-Cruzeiro do Sul, na região fronteira com o Peru; Perimetral Norte, ligando no sentido leste-oeste as áreas fronteiriças da fronteira norte, com a Guiana Francesa, Suriname, República de Guiana, Venezuela e Colômbia (MATTOS, 1980, p. 149).

Ainda de acordo com Mattos (1980), esses projetos de integração<sup>16</sup> rumo ao norte e noroeste amazônico despertaram o interesse nacional acerca das riquezas dessa região e foram essenciais para sua incorporação ao patrimônio econômico da nação. Com tudo isso, há, segundo Mattos, uma nova perspectiva produzida nos demais países amazônicos que poderia gerar um sentimento de Amazônia sul-americana.

De acordo com Santos (2013), a Amazônia sempre teve um lugar no pensamento militar brasileiro. A ideia de integrar essa região à vida nacional foi defendida por diversos geopolíticos, principalmente após 1920. Tanto que, durante a Segunda Guerra Mundial “foi montada uma estrutura administrativa com intensa participação militar”, que posteriormente, já na década de 1960, serviu de base para a implantação de projetos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM em 1966 e a Zona Franca de Manaus, em 1967.

Ainda segundo Santos (2013, p. 82), muitas das políticas para a Amazônia colocadas em prática pelos militares foram baseadas em “ideias de ocupação, desenvolvimento e integração” não levadas adiante por Getúlio Vargas (1930-1945). Conforme esse pensamento geopolítico, “era necessário fortalecer a presença do Estado numa região de grande extensão territorial tido como que quase vazia em termos populacionais”.

---

<sup>16</sup> Segundo Silva (2007, p. 128): “Papel preponderante na estruturação do território amazônico também é desempenhado pela aeronáutica, que em 1935, iniciou sua atuação nessa área, através do correio aéreo militar. E durante as décadas posteriores, consolidou sua atuação na área de segurança, comunicações e infra-estrutura em áreas de acentuada dependência do transporte aéreo”.

Assim, a preocupação geopolítica com a Amazônia deve-se ao fato de esta ser uma região de grandes dimensões e pouco povoada. Daí as iniciativas de construção de estradas, e de fixação de povoados ao longo das mesmas. No entanto essa inquietação tornou-se mais expressiva a partir da década de 1960 com os militares. A frase do presidente Castelo Branco “Integrar para não Entregar”, referindo-se a Amazônia, ressalta bem esse cenário.

Essa nova vertente para a integração geopolítica da Amazônia, as rodovias, foi implementada, sobretudo, pelas dificuldades encontradas quanto a navegação dos rios da região:

Durante 200 anos tentamos a conquista do nosso interior e particularmente da imensa Bacia Amazônica apoiados em estratégia essencialmente fluvial. Fracassamos porque a navegação fluvial é caprichosa; não nos leva onde queremos; a navegação dos rios amazônicos sofre influência das estações de águas altas e águas baixas; há inúmeras quedas e cachoeiras que interrompem a navegação da maioria dos cursos d’água (MATTOS, 1980, p. 148).

Essa mudança no método de conquista do interior amazônico proporcionou melhores condições para adentrar o território, tanto que as estradas federais e estaduais serviram de incentivo para novos adensamentos populacionais em todo território amazônico, aumentando a densidade demográfica da região.

Os vazios de poder na Amazônia, ou seja, a falta da presença do Estado na região e os discursos de internacionalização da Amazônia<sup>17</sup>, revitalizaram os esforços do país com o intuito de integra-la ao contexto nacional. Assim, a instituição dos Territórios Federais, ainda antes dos governos militares, constituíram as bases para a diminuição dos vácuos de poder.

Até a resolução dos problemas entre Brasil e Argentina, o foco da política de defesa estava na região do Prata. Logo a maioria do efetivo militar do Exército se encontrava nessa região. Em compensação, em 1950 o efetivo do Exército em toda a região Amazônica era de mil militares (BRASIL, s/d, p. 3). Havia

---

<sup>17</sup> A grande riqueza existente nos países pan-amazônicos ressaltou o discurso de internacionalização da Amazônia, que até meados dos anos noventa era tida como “pulmão do mundo”. Visando minimizar essas investidas, criou-se o Tratado de Cooperação Amazônica, que tinha em suas raízes o escopo de reforçar a soberania dos países amazônicos sobre a sua hileia.



projetos para aumentar esse efetivo, no entanto em virtude das questões no cone sul iam a curtos passos.

Dito isso pode-se observar que a Revolta do Rupununi, ocorrida na Guyana e com reflexos no território nacional, foi um fator motivacional para o início da visão geoestratégica para a Amazônia. Dessa forma a revolta serviu para reforçar o poder estatal no Território Federal do Rio Branco através do aumento do efetivo militar e da busca pela ligação rodoviária entre as cidades da região e o estado do Amazonas.

A pacificação das questões entre Brasil e Argentina, já na década de 1980, possibilitou o rearranjo das forças militares sobre o território. A Amazônia passou a ser o foco da política de segurança e defesa nacionais e os contingentes do Exército deram um salto para cerca de vinte e seis mil militares (BRASIL, s/d, p. 3).

Geopoliticamente, Roraima é de grande importância para o Brasil, pois faz fronteira com dois Estados amazônicos que até os dias atuais possuem problemas de delimitação fronteiriça. De acordo com Santos (2013), a mudança do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus pode ter levado em consideração a posição estratégica de Roraima, pois o então território era a porta de entrada do Caribe, região que passava por problemas advindos da Guerra Fria.

Esse contexto de Roraima também teria motivado o deslocamento de militares para as fronteiras com a Venezuela e a Guyana, além da estruturação física do estado, com a construção de edifícios públicos, casas, estradas dando novo dinamismo à paisagem local.

Outro fator que revela a importância geopolítica de Roraima para a segurança nacional é a Guyana. Este Estado sempre teve graves problemas étnicos, mas que ficaram mais notórios após a independência, em 1966 e as autoridades de Brasília estavam atentas a essa situação (SANTOS, 2013). Estrategicamente, a Guyana também é muito importante na composição geopolítica da Amazônia por ser um país rico em recursos minerais e por ser um elo entre a Amazônia e o Caribe.

Nesse sentido a construção da ponte sobre o Rio Branco, na década de 1970, foi de grande importância para a construção da BR 401, entre Boa Vista e Bonfim, cidade que faz fronteira com a Guayana. Conforme Santos (2013) essa medida juntamente com outras não foram tomadas de modo impensado, foram, contudo, fruto do planejamento estratégico que tinha como objetivo atrair e fixar pessoas no Território Federal.

Ademais, a geopolítica para a Amazônia refletiu as necessidades tanto do Brasil, como detentor da maior porcentagem da região, como da própria região, que passou a ser integrada aos caminhos nacionais do desenvolvimento. No que tange o estado de Roraima, há que se notar a direta influência das políticas de segurança nacional, principalmente através do Exército, buscando afirmar a soberania nacional frente às fronteiras com a Venezuela e a Guayana.

#### 4. CAPITULO 3: O EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL-GUYANA

##### 4.1. RORAIMA: GEOPOLÍTICA FRONTEIRIÇA

Roraima é um estado de posicionamento estratégico para o Brasil. Faz fronteira com a Venezuela ao Norte e Noroeste, com a Guyana ao Leste, com o Pará ao Sudeste e com o Amazonas ao Sul e Oeste. A preocupação com a proteção deste território vem desde a colonização portuguesa, período em que haviam muitas invasões a região por parte de ingleses, holandeses, franceses e espanhóis.

A fim de garantir a soberania portuguesa sobre a região, em 1775 foi construído o Forte de São Joaquim, na confluência do rio Uraricoera com o rio Tacutu, além dos incentivos da Coroa portuguesa para a instalação de povoados e vilas por toda a região. Um fator muito relevante nesse processo de ocupação do vale do Rio Branco foi a criação de gado, implementada pelo comandante Manuel da Gama Lôbo d'Almada.

As demarcações fronteiriças nessa região foram seladas com a resolução da “Questão Pirara”, entre o Brasil e a Inglaterra, onde o Brasil perdeu uma parte importante do território nacional para a coroa britânica, em 1904, tendo sido o árbitro da questão o monarca italiano Victor Emanuel III.

A delimitação clara e precisa da fronteira é pré-requisito para que não haja confrontos e choques no limite territorial, principalmente no caso de fronteira terrestre, pois a demarcação não deve levantar controvérsias (MATTOS, 1990). Sendo assim, após a efetiva definição das fronteiras nacionais, em 1943 criou-se o território federal do Rio Branco<sup>18</sup>, com o intuito de povoar a Amazônia e assegurar a soberania brasileira sobre a região. Por se tratar de um período de Guerra no Sistema Internacional, sendo que a Guyana ainda era colônia britânica e sofria com problemas internos, a segurança fronteiriça era estratégica e essencial para o Brasil.

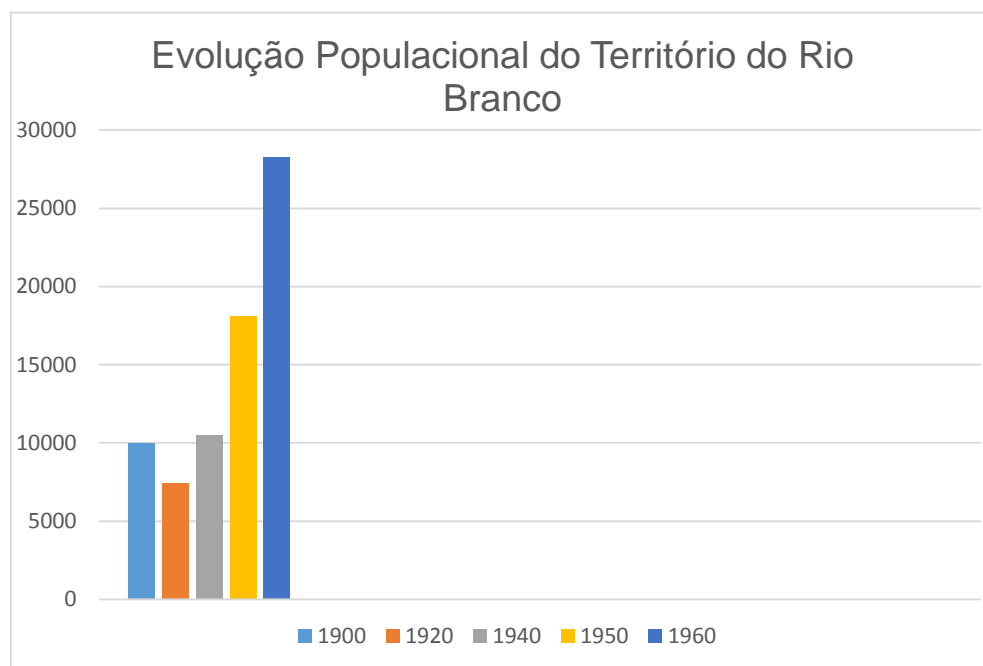
---

<sup>18</sup> Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram criados 5 territórios federais: Rio Branco, que posteriormente tornou-se Roraima, Guaporé, tornou-se Rondônia, Amapá, Iguazu e Ponta Porã. Os dois últimos foram extintos 3 anos após sua criação.

Neste período o governo também incentivou e patrocinou os fluxos migratórios para esta região, o que permitiu a fixação de famílias ao longo do percurso do que viria a ser as BR's 174 e 210. A migração era principalmente de famílias nordestinas, em consequência das dificuldades de se conseguir terras no Nordeste, em contraposição às facilidades propagadas pelo governo federal com relação ao Território do Rio Branco.

No início do século XX a população do agora estado de Roraima não chegava a 10 mil pessoas, havendo uma evolução gradativa em todo o decorrer do século. Na década de 1940, período de criação do território, a população girava em torno de 10.500 pessoas. Após a criação do território, na década de 1960, a população já estava por volta de 28 mil habitantes (DINIZ e SANTOS, 2005).

**Figura 1. Evolução Populacional do Território do Rio Branco**



Baseado em DINIZ e SANTOS, 2005.

Esse crescimento populacional está diretamente vinculado às iniciativas do governo central, anterior e pós independência, em preservar a soberania brasileira sobre a Amazônia. No entanto, o crescimento populacional não se

revestiu no aumento da densidade demográfica<sup>19</sup> da região, sendo que para os geopolíticos o povoamento de um território significava o controle do Estado sobre o mesmo.

De acordo Morgenthau (2003), o quantitativo populacional é um elemento do poder nacional. Ou seja, o crescimento da aglomeração humana no território federal significaria a ampliação da mão de obra para necessidades latentes, como a produção agrícola, aumento de efetivo militar e da densidade demográfica regional. Assim, a própria população seria fator de propagação do poder nacional.

Dito isso, a ligação entre Roraima e o restante do país começou a ser pensada ainda no século XIX com a abertura de uma estrada entre Manaus e Boa Vista. Apesar de precária, ela cumpriu o seu propósito de estabelecer um elo entre o vale do Rio Branco e o estado do Amazonas. Posteriormente esta estrada veio a se tornar a BR 174<sup>20</sup>, a principal rodovia do estado.

De acordo com Agostinho (2012), a posição geográfica de Roraima reforça relevância estratégico-militar do estado para a região. Fato este comprovado pelas solicitações venezuelanas, na década de 1960, ao comandante do CMA, General Euclides Figueiredo, de utilizar o território nacional como passagem para chegarem a região em litígio com a Guayana (Revista Veja 1963). Solicitações negadas pelo governo brasileiro.

## 4.2. HISTÓRICO GERAL DO EXÉRCITO NA REGIÃO

A história do Exército em Roraima remonta à época de instalação do Forte de São Joaquim. Os primeiros militares chegaram por volta de 1775 para a

---

<sup>19</sup> Quantidade de habitantes por km<sup>2</sup>. De acordo com Santos (2010), na época da criação do território a densidade demográfica do Território Federal do Rio Branco era de 0,06 habitantes por quilômetro quadrado.

<sup>20</sup> A iniciativa da construção da proto rodovia 174 refletiu a decisão do Estado em se fazer presente a fim de exercer o controle da região, conforme nos mostra Valença e Malta (2010, p. 122): “[...]. O problema principal está claramente identificado pelo governo brasileiro: a ausência do Estado perpetua a falta de desenvolvimento na região [...]”

implantação do forte, que tinha por objetivo a proteção do território contra as ameaças de invasão anglo-espanholas. De acordo com Miranda (1993, p. 28):

Os fortes na Amazônia, construídos pelos portugueses, tinham um caráter de ocupação militar, com a missão de evitar e repelir a invasão dos outros povos da Europa, de proteger os colonos e as aldeias, marcar a conquista e a posse da terra, definindo a soberania sobre a região. Construir fortificações e fundar povoados foi a estratégia portuguesa em todo o processo de ocupação da Amazônia.

À época, a estrutura de proteção e armamento do forte contava com 10 canhões e um contingente composto por 30 soldados e alguns milicianos indígenas. O Forte foi um fator aglutinador humano para a região, juntamente com os incentivos para a pecuária (MIRANDA, 1993).

De sua fundação à desativação, o Forte passou por dez comandantes e boa parte deles enfrentaram tentativas de invasão territorial. O terceiro comandante, Capitão Ambrósio Alves, repreendeu o explorador alemão Robert Schomburgk por tentar alterar as fronteiras inglesas na região, adentrando no território brasileiro. Esse problema gerou a questão Pirara, entre o Brasil e a Inglaterra.

O comandante Bento Brasil chegou ao Forte juntamente com uma expedição de reforço com o intuito de neutralizar uma ameaça inglesa de invasão ao território. O mesmo ocorreu com o cabo Pedro Rodrigues, último comandante do Forte, que teve que barrar uma invasão espanhola pelo rio Uraricoera, onde já haviam até hasteado a bandeira da Espanha (SANTOS, 2010).

**Figura 2. Comandantes do Forte de São Joaquim**

1775-1830	Capitão engenheiro Filippe Sturm
1830-1835	Capitão do Exército Inácio Lopes de Magalhães
1835-1839	Capitão do Exército Ambrósio Alves
1839-1842	Capitão do Exército José de Barros Leal
1842-1852	Oficial do Exército Major Coelho
1852-1857	Capitão do Exército Bento Brasil
1857-1862	Capitão do Exército Silvério José Nery

1862-1870	Capitão do Exército Nicolau de Sá Sarmento
1870-1899	Não foram encontrados registros
1899-1900	Cabo do Exército Pedro Rodrigues Pereira

Baseado no livro Roraima História Geral de Adair J. Santos.

Através desses exemplos pode-se notar a visão estratégica da Coroa portuguesa ao instalar o Forte de São Joaquim nessa região<sup>21</sup>. Tal atitude corroborou para a fixação das fazendas reais, dando seguimento ao projeto amazônico de ocupação e domínio, de Marquês de Pombal (SANTOS, 2013).

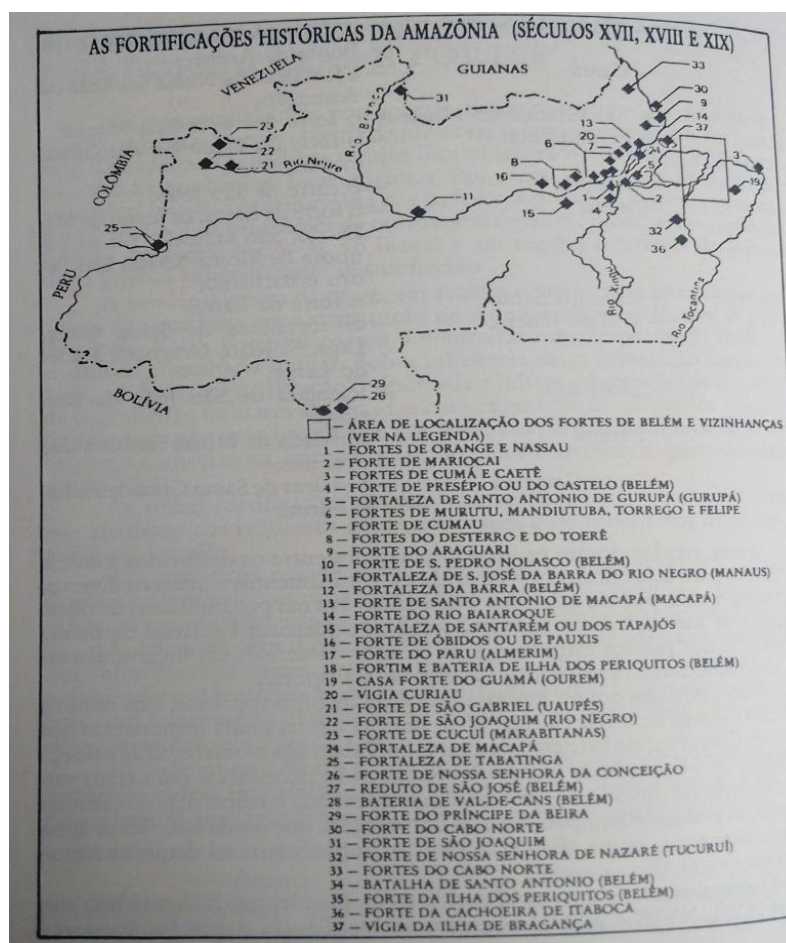
O Forte de São Joaquim tornou-se um símbolo da conquista do território e serviu de base, juntamente com as fazendas reais, para o embrião do que viria a ser a cidade de Boa Vista. Apesar da importância estratégica, em 1900 o Forte foi desativado.

Na figura abaixo podemos ver a distribuição dos fortes sobre a região Amazônica. Observa-se que os séculos XVII, XVIII e XIX foram marcos pela construção dessas fortificações em todo o perímetro amazônico. Essa foi a estratégia utilizada pelos portugueses para reforçar a presença do Estado na região amazônica, somado a isso a intenção de assegurar a soberania do território conquistado.

---

<sup>21</sup> Outros fortes foram construídos na região Amazônica: Forte do Castelo, ou Forte do Presépio, em Belém do Pará; Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá; Forte de Guarupé, no Pará; Fortaleza de São João da Barra, em Manaus; Forte de Santarém dos Tapajós, no Pará; Fortaleza dos Óbidos, em Óbidos, no Amazonas; Fortaleza de São José de Marabitanas, no Rio Negro, Amazonas; Fortaleza de São Gabriel, no Amazonas; Fortaleza de Tabatinga, no Amazonas; Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé; Fortaleza do Desterro; Forte do Toere; Fortaleza de São Joaquim, ou Forte de São Joaquim, no Vale do Rio Branco (SANTOS, 2010).

**Figura 3. Fortes da região Amazônica**



Fonte: MATTOS, Carlos de Meira, 1990, p. 100

Por volta de 1898, existiram as colônias militares que tinham por objetivo facilitar a colonização do interior e proteger as fronteiras. Todavia essas colônias perduraram por pouco tempo, surgindo após elas os Destacamentos Militares de Fronteira, já no século XX (SILVA, 2007). Os militares destacados vinham do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, que posteriormente se tornaria o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS).

Em 1926 foi instalado no território o “Contingente federal”<sup>22</sup>, a primeira unidade militar do futuro estado. Era uma construção muito simples, com paredes de adobe<sup>23</sup>, cobertura de cavaco com uma guarnição de 28 homens (FOLHA DE BOA VISTA, 08 set. 2015). Em 1943 o contingente foi transformado em Pelotão de Fronteira. Interessante observar que isso ocorreu no mesmo ano

<sup>22</sup> Assim nomeado pelo 2º Sargento João de Azevedo Cruz.

<sup>23</sup> Barro entrelaçado com varas.



do desmembramento do Vale do Rio Branco do estado do Amazonas, tornando aquele um território federal.

**Figura 4. 1º Contingente Federal de Roraima**



Fonte: Folha de Boa Vista, 2015

Estas duas figuras nos permitem ver a forma como era estruturado o prédio do 1º Contingente Federal de Fronteira, no Território de Roraima. Observa-se a precariedade e o baixo número de soldados que compunham esse contingente. Através delas também podemos comparar entre a estrutura do início da militarização e como atualmente conhecemos.

**Figura 5. Soldados do Contingente Federal**



Fonte: Folha de Boa Vista, 2015

Em 1952 foi criado o primeiro Pelotão de Fronteira em Boa Vista, este era ligado ao Grupamento de Elementos de Fronteira de Manaus. Em abril de 1961 este pelotão foi transformado na 9ª Companhia de Fronteira, ainda subordinada a Manaus, e atualmente é o 7º Batalhão de Infantaria de Selva.

Na década de 1960 houve uma reformulação da estratégia de distribuição militar sobre o território. Foram criados os Pelotões Especiais de Fronteira em Bonfim e Normandia além da organização do Comando de Fronteira de Roraima,

criado em maio de 1969, com sede em Boa Vista. Neste período também se instalou em Boa Vista o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, que atuou fortemente para a organização da malha viária do estado<sup>24</sup>. O gráfico abaixo demonstra a evolução do efetivo do Exército no território desde a criação do forte até o final da década de 1960.

**Figura 6. Evolução do efetivo do Exército**



Fonte: Produção própria baseado em diversos autores

Segundo Silva (2007) desde a fundação do Forte de São Joaquim “não houve preocupação em estabelecer na região do Rio Branco uma estrutura militar completa”. Isso só começa a ocorrer no final da década de 1960, o que leva a crer que o Estado brasileiro passou a considerar esta área como propícia a conflitos regionais.

É relevante mencionar também que na década de 1980 o aumento dos garimpos na região de Roraima alavancou a preocupação militar quanto à segurança regional, isso, juntamente com o abrandamento das questões na região do Prata, motivaram o aumento no número de militares na região.

Diversas iniciativas de guarnição da fronteira passaram a ser implementadas no estado desde então: a criação do 7º BIS, em 1992, da 1ª

<sup>24</sup> Construção da BR 401 (Boa Vista –Normandia-Bonfim) e da BR 174 (Manaus-Boa Vista-Pacaraima)

Brigada de Infantaria de Selva, em 1992, da 1ª Base Logística de Selva, em 1993 e do 10º Grupamento de Artilharia de Campanha de Selva, em 2002.

De acordo com o que foi exposto até então, pode-se ressaltar a estreita ligação entre o desenvolvimento do Território do Rio Branco e o Exército. Mesmo no período de edificação do Forte de São Joaquim, ainda que o Brasil ainda não fosse independente, ali existia a iniciativa de proteção da fronteira roraimense, baseada nos militares que para cá foram destacados. Dessa forma, o Exército foi a presença do Estado na região e serviu de apoio para a manutenção da soberania nacional dessa fronteira.

#### 4.3. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE RORAIMA

A região amazônica sempre teve que enfrentar diversos problemas: invasão de território, tráficos mais diversos, dificuldade de integração ao restante do país são alguns exemplos. Com Roraima não foi diferente. Este estado possui 1.922 quilômetros de faixa fronteira e uma elevada concentração de riquezas minerais, o que contribuiu para as investidas estrangeiras, leia-se Inglaterra e Espanha, com o intuito de anexar essa região.

Durante a Segunda Guerra a preocupação estadunidense com áreas que oferecessem risco aos seus interesses estratégico-político-comerciais<sup>25</sup> proporcionou uma aproximação com o governo brasileiro no sentido de reforçar a necessidade de atenção a regiões como o nordeste, a Amazônia e o estado de Roraima (ainda Território Federal). O posicionamento estratégico dessas regiões levavam os EUA a crerem em uma possível invasão dos países do Eixo com o objetivo de chegarem até ao canal do Panamá, oferecendo risco aos interesses estadunidenses naquele país (BELLINTANI, 2015).

---

<sup>25</sup> De acordo com Bellintani (2015, p. 9-10): “Em um contexto de guerra, a estratégia define a área de operações, estabelece o front, os esforços de guerra e muitos outros pontos, mas a estratégia precisa, além de planos e planejamentos, de muita imaginação. [...] E ao dotar-se de imaginação, o Departamento de Guerra norte-americano elevou Roraima a um importante cenário estratégico mundial, não apenas por suas riquezas minerais e pelos imigrantes estrangeiros presentes no território, mas pela posição geográfica que permitia fácil acesso aos demais países caribenhos e ao canal do Panamá”.

A preocupação estadunidense era pelo fato de os países do Eixo já terem tomado o norte da África, especialmente Dakar e isso os dava grande acostamento com a América do Sul. A aproximação dos EUA com o Brasil, nesse cenário, resolveu a preocupação com o nordeste através de negociações e a instalação de uma base estadunidense no Rio Grande do Norte. Já com relação a região norte, especialmente o Território do Rio Branco, houve pressão do governo americano para maior atenção do governo brasileiro com esse espaço, uma vez que pelo Território do Rio Branco conseguia-se chegar à Venezuela e à Guyana, facilitando a aproximação com o Panamá.

Foi nesse contexto de Segunda Guerra e de pressão estadunidense que o presidente Getúlio Vargas, em 1943, criou o Território Federal do Rio Branco. Esse passo foi de grande importância para a estruturação de serviços básicos que até então inexistiam, como por exemplo: saúde, educação e segurança. O reforço da presença do Estado na região também foi necessário em virtude das constantes incursões de estrangeiros (italianos, alemães, tchecos) que estavam sendo monitorados pelos EUA, e que podiam, de acordo com seu perfil ideológico, oferecer algum risco para a região, caso divulgassem as vulnerabilidades dessa fronteira. (BELLINTANI, 2015).

Através desse ponto com os EUA pode-se ressaltar a importância estratégica de Roraima para a política internacional, principalmente com o desenrolar da Guerra Fria e a independência da Guyana e também em decorrência dos problemas fronteiriços entre Venezuela e Guyana que se arrastam a séculos, a questão de Essequibo, como é chamada, sendo um de seus desdobramentos a Revolta do Rupununi.

De acordo com Desiderá (2012), no período da Guerra Fria, pouco antes da independência da Guyana, houve pressão estadunidense sobre a Venezuela a fim de reativar a questão de Essequibo, tendo como objetivo desestabilizar a administração de Jagan, tida como um perigo para a América Latina. Tal situação incentivou a Venezuela a fazer ações pontuais no território guianense.

Em uma dessas ações o diplomata venezuelano Taylhardat visitou a região do Rupununi e tomou conhecimento da insatisfação dos fazendeiros acerca das políticas socialistas adotadas pelo governo guianense (SILVA, 2007).

Essas insatisfações, tanto venezuelanas quanto dos fazendeiros do Rupununi culminaram na revolta, em janeiro de 1969.

#### **4.3.1. A REVOLTA DO RUPUNUNI**

As instabilidades políticas na Guyana em muito se deveu às circunstâncias formadoras deste Estado, muito miscigenado em decorrência do processo de colonização. Em função disso, as divisões étnicas e a luta pelo poder sempre foram constantes na composição social da Guyana, fato este demonstrado pela estrutura político-partidária do país, composta por dois partidos principais que se confrontavam pelo poder.

A independência deste país se deu em um momento de grande ebulição dos movimentos emancipatórios ao redor do globo, sendo que tais movimentos estavam associados ao “antiimperialismo socialista/comunista”, uma vez que muitos, de alguma forma, se declaravam socialistas após a independência (HOBBSAWN 1990, p. 178). A Guyana seguiu a tônica desse período, tanto que, posteriormente a independência, o então presidente, Forbes Burnhan, adotou medidas nacionalizantes em vários setores da economia guianense, inclusive declarando a Guyana como autossuficiente economicamente, o que agravou os problemas econômicos do país e levou a aproximação com a União Soviética e os países do Leste Europeu (LINHARES, 2011).

Depois da independência, em 1966, uma das medidas foi a nacionalização das terras produtivas no intuito de implantar uma espécie de reforma agrária no Estado. Este fato foi de encontro aos interesses dos grandes fazendeiros instalados na região do Rupununi, formando um foco de conflito. O distrito do Rupununi está localizado na região nove da Guyana e faz fronteira com duas cidades brasileiras: Bonfim e Normandia.

O conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos e organizações, sendo o meio contrário à cooperação. No caso guianense, o conceito de conflito confirmou a situação que existia neste país, que tem na oposição política e na incompatibilidade entre etnias um foco de conflito.

Analisando-se o caso da revolta, pode-se acrescentar o conflito como derivação de aspectos econômicos e ideológicos.

Dentre os diversos aspectos conceituais sobre conflito, Charles David (2000) o significa como “uma situação na qual um Estado, uma etnia, um clã ou um grupo se envolve numa oposição decidida contra um destes últimos, porque os objetivos procurados são incompatíveis”. Estes objetivos podem ser, dentre outros, políticos, econômicos e ideológicos.

De aspectos econômicos, pois um grupo social do país não estava satisfeito com as políticas econômicas adotadas pelo governo nacional que acarretava a perda de poder, riqueza e prestígio por parte dos fazendeiros. Para Rigalia (1998), o poder, a riqueza e o prestígio são recursos escassos que geram os conflitos. Logo, o controle sobre esses recursos é o objetivo dos conflitos.

Aspectos ideológicos, porque o socialismo implantado na Guyana confrontava ideologicamente o *status quo* capitalista vivido pelos fazendeiros do Rupununi desde que a Guyana era colônia inglesa, sendo, inclusive, apoiados pela coroa britânica para se estabelecerem na região. A dicotomia ideológica não era um fator que agradava aos fazendeiros e nem ao governo, tornando assim a oposição entre ideologias outra fonte do conflito.

Tais fatores políticos vividos pela Guyana pós-independente foram de encontro à estrutura capitalista que imperava na Região do Rupununi. Os fazendeiros do Rupununi eram muito poderosos e estavam estabilizados economicamente em decorrência das vantagens advindas sobre a posse dos latifúndios, em consequência das relações familiares que existiam com os ameríndios, e em função da estrutura produtiva que fora criada, uma vez que essa estrutura permitiu aos fazendeiros terem contato com as bases de poder na colônia (SILVA, 2007).

**Figura 7. Mapa da fronteira entre Brasil e Guyana**



Fonte: Caracas Chronicles (s/d)

A revolta iniciou dia 01 de janeiro de 1969 e não durou mais do que dois dias. Possuía objetivos aparentemente simples, que eram tomar o controle da cidade de Lethen, impedir a chegada da *Guyana Defense Force*<sup>26</sup> para reprimir o levante, e, com o apoio dos militares venezuelanos, que chegariam após o início da revolta, declarar a separação do Distrito do Rupununi<sup>27</sup> da Guyana, criando a *Republic of Rupununi* ou a anexando o território à Venezuela ou ao Brasil, com a intenção de se libertarem de Burnhan e de sua política socialista.

Os revoltosos tinham o plano de tomar os pontos estratégicos do Rupununi, uma vez que a guarnição policial do distrito era mínima, e concluir a operação no mesmo dia. A princípio o plano foi bem sucedido, conseguiu-se prender os representantes do governo em Lethen e bloquear as principais pistas de pouso para chegar ao distrito. No entanto a falta de preparo e de coordenação dos revoltos entre si ocasionou dispersão do levante (SILVA, 2007).

Pode-se observar que o interesse traduzido em termos de poder foi o motor tanto para os fazendeiros idealizarem a revolta quanto para a Venezuela

<sup>26</sup> Exército guianense foi criado em 1965, visando à preparação do país para a independência no ano seguinte, e inicialmente treinado por militares do Reino Unido.

<sup>27</sup> Por separatismo entende-se: “a tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se, reivindicando a sua completa independência política e econômica” (OTTINO, 1998, p. 1147).

dar apoio a ela. Logo, nota-se o mesmo quadro de luta pelo poder, que conduzia as relações internacionais no sistema internacional da Guerra Fria, internalizado em um Estado da periferia do sistema (MORGENTHAU, 2003).

As falhas do levante iniciaram quando a Venezuela não prestou o apoio prometido aos revoltosos, causando a desintegração da revolta. Os revoltos fugiram para o território brasileiro – Boqueirão da Lua - onde clandestinamente um avião venezuelano os levou para a Venezuela. Os que não conseguiram chegar ao Boqueirão da Lua atravessaram o rio Tacutu e chegaram a Bonfim onde foram presos por militares brasileiros, levados para Boa Vista e posteriormente para o Rio de Janeiro e liberados (SILVA, 2007).

Ademais, o conflito, ou revolta do Rupununi teve contornos econômicos, políticos e ideológicos que culminaram na disfunção da balança interna de poder da Guyana. O insucesso da revolta, influenciado pela baixa intensidade de identificação ou do envolvimento dos participantes na mesma, culminou com a retomada do controle do território, por parte do Estado e o restabelecimento da ordem e do equilíbrio de poder naquele país.

#### **4.3.2. A REVOLTA DO RUPUNUNI E A SEGURANÇA DO TERRITÓRIO NACIONAL**

Para Ignacio J. Osacar, analista de segurança argentino, a causa para o insucesso da revolta foi a rápida mobilização do exército brasileiro para a região em conflito, inclusive com a apreensão de armamentos, munição e de um avião venezuelano que seria utilizado no apoio aos revoltosos. O que chama a atenção foi a invasão do território nacional por parte dos venezuelanos.



**Figura 8.** Soldados brasileiros com armas capturadas dos revoltosos



Fonte: Silva, 2007

**Figura 9.** Avião Venezuelano abandonado no Boqueirão da Lua



Fonte: Silva 2007

Para impedir que os reflexos da revolta atingissem o território brasileiro, o exército deslocou duas companhias vindas do 27º Batalhão de Caçadores, de Manaus, que se juntaram aos cem militares do efetivo da 9ª Companhia de Fronteira e a outros oitenta do 6º Batalhão de Engenharia e Construção. Logo, em janeiro de 1969 existiam cerca de trezentos militares fazendo o patrulhamento da fronteira brasileira com a Guyana (A CRITICA, 1969).

De acordo com o Boletim Interno nº 4, de 06 de janeiro de 1969, foram deslocados militares para a fronteira com a Guyana a fim de tomarem as medidas preventivas necessárias para o não transbordamento do conflito para o território brasileiro:

Deslocamento de oficiais – Autorização – Autorizei o deslocamento, dia 05 do corrente, para Boa Vista, dos seguintes oficiais, a serviço do GEF: Ten Cel Art Jorge Teixeira de Oliveira – CIGS; Maj Cav Raimundo Honório Ribeiro Sampaio – QG/GEF; Maj Int Orlando Aparecido Garcia de Vasconcelos – QG/GEF; Cap Inf Thaumaturgo Sotero Vaz – CIGS (BRASIL, 1969).

O general Edmundo da Costa Neves, comandante do GEF, veio pessoalmente fazer uma vistoria da fronteira com a Guiana e a Venezuela a fim de ficar a par do ocorrido na fronteira nacional:

Ao mesmo tempo em que o General Edmundo da Costa Neves, comandante do GEF, realiza viagem de inspeção por toda a região fronteira do Brasil, Guiana e Venezuela, as tropas brasileiras deslocadas de Boa Vista e Manaus continuam ocupando pontos principais da fronteira, executando um sistema de vigilância para garantir a soberania do território nacional e proteger os residentes da região sob o comando do General Jorge Teixeira, Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva, que deslocou para Roraima um pelotão (A CRITICA, 1969).

Em pronunciamento público, o então comandante do Comando Militar da Amazônia (8ª Região Militar), Rodrigo Otavio anunciou as medidas que o CMA estava dispondo a fim de garantir a soberania do território nacional em face ao conflito na Guiana:

Em face do recente movimento sedicioso ocorrido na fronteira guianense brasileira, o Comando Militar da Amazônia esclarece à opinião pública que todas as medidas [...] a garantir a inviolabilidade do solo pátrio, proteger os residentes da região conflitante e acolher todos aqueles que se refugiaram no Brasil, consoante as normas firmadas pelos instrumentos diplomáticos de Asilo Político.

Com esse objetivo, os Comandos Militares sediados na Amazônia, em ação operacional logística combinada, reforçadas pelo Comando do Transporte Aéreo, estabeleceram um sistema de vigilância e ocuparam os principais pontos da fronteira onde se verificaram os acontecimentos, dando assim pleno cumprimento, não só as missões essenciais das Forças Armadas de defender o povo brasileiro e preservar nossa integridade territorial, como ainda as determinações nesse sentido, emanadas do governo federal, através dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica (A CRITICA, 1969).

A rápida iniciativa dos homens de decisão do Exército, através do deslocamento de oficiais, de tropas e do pronunciamento da liderança central remonta às habilidades que Morgenthau atribui às forças armadas para lidar com situações de risco. Para este autor, “a qualidade da liderança militar sempre exerceu uma influência decisiva sobre a determinação do poder nacional de um país” (MORGENTHAU, 2003, p. 241).

Apesar das iniciativas do Exército brasileiro, a violação da soberania nacional veio a se confirmar mais uma vez com a incursão de um avião guianense no espaço aéreo brasileiro, chegando a pousar no território de Roraima. De acordo com o jornal A Crítica, de 9 de janeiro de 1969, esse voo tinha por objetivo levar alguns rebeldes que estavam sob a posse do Exército brasileiro. No entanto o Comandante Edmundo da Costa Neves decidiu não prender o avião estrangeiro para não criar um problema internacional, de forma que rapidamente eles voltaram para Georgetown.

A década de 1960 foi, dessa forma, um diferencial para a estruturação do Exército no Território de Roraima. A sublevação de Rupununi tornou notório os cuidados que deveriam ser tomados com relação a soberania, proteção e vigilância das fronteiras, principalmente no que tange a efetivos militares em pontos estratégicos do território. Ela também serviu de incentivo para algumas mudanças acerca da distribuição militar dentro do então Território Federal de Roraima<sup>28</sup>.

As fronteiras, a soberania e a proteção do Estado são fatores ligados à geografia deste, e segundo Morgenthau (2003, p. 215), a geografia é o “mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação”. Dessa forma a definição e o guarnecimento das fronteiras é de grande importância para o poder nacional, de outra forma os conflitos que tem origem em questões geográficas podem desestabilizar as relações internacionais, do ponto de vista geopolítico (TOSTA, 1984).

#### 4.4. O PAPEL ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO NESSA FRONTEIRA: UMA CONSEQUÊNCIA DA DSN

Como observou-se até então, o sistema internacional do pós II Guerra era bipolar e o equilíbrio de poder era baseado no medo mútuo entre os EUA e a

---

<sup>28</sup> Passou a ser assim designado a partir de 1962. Uma das causas para a mudança foi a elevação do território do Acre a estado federado, sendo sua capital a cidade de Rio Branco, logo, a fim de não haver confusão entre o Território Federal do Rio Branco e a capital do Acre, mudou-se o nome do território para Roraima.

URSS. Como consequência dessa bipolaridade há de se destacar que os Estados nacionais deveriam posicionar-se frente a esta divisão.

No caso brasileiro, as preocupações estadunidenses com os rumos que seguiam a administração de Quadros e Goulart, com a Política Externa Independente, o distanciamento entre a administração de Goulart e os EUA nos centros decisórios, somados às iniciativas sociais desse governo, tidas como comunistas, foram as forças motrizes para o apoio estadunidense ao golpe de 1964.

Com a ascensão dos militares ao poder, o foco (geo)político-militar em questões estratégicas e de segurança nacional se fortaleceu, sobretudo baseado na Doutrina de Segurança Nacional, incorporada com o auxílio da ESG. Logo, a observância de discursos com ênfase no povoamento do território a fim de alargar o poder nacional passaram a ser frequentes.

A composição do poder nacional, para Morgenthau (2003), está relacionada com as iniciativas militares para a efetivação da soberania nacional, na década de 1960. Para esse autor, o grau de preparação militar de um Estado é determinante para a definição do seu poder nacional, além do que a quantidade de efetivos e a qualidade dos mesmos são essenciais na soma de poder desse Estado. A população e sua distribuição no território nacional, por sua vez, também são fatores proeminentes para a análise acerca do poder nacional em Morgenthau.

Observando o caso fronteiro entre Brasil e Guyana, durante o período proposto, nota-se certa escassez do poder nacional nos termos morgenthalianos, fato que ficou notório com a Revolta do Rupununi. A Guyana sempre foi uma preocupação nacional devido às suas instabilidades sociais e políticas, todavia até a problemática do Rupununi a atenção dispensada a essa fronteira era pequena.

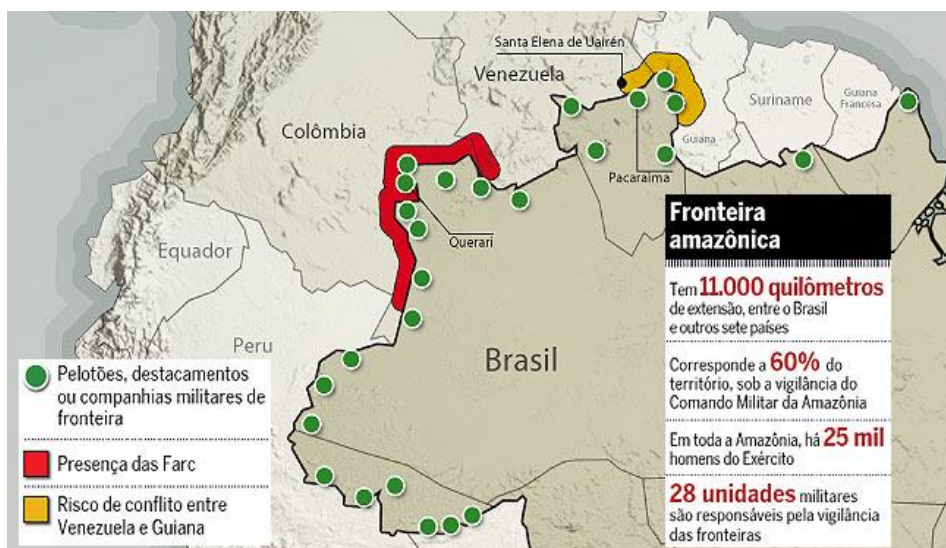
Tanto que à época da revolta existia no então território apenas a 9ª Companhia de Fronteira, com um efetivo de cerca de cem homens (A CRÍTICA, 1969) para resguardar uma fronteira com cerca de mil seiscentos e seis quilômetros de extensão. De acordo com Carlos Borges da Silva (2007), foi após

um morador de Bonfim vir a Boa Vista e comunicar sobre os acontecimentos em Lethem que foi deslocado um pelotão para a região.

A preservação da soberania nacional e da população motivaram o deslocamento de tropas de Manaus para Boa Vista a fim de resguardarem a fronteira de possíveis transbordamentos do conflito guianense. Após esse acontecimento houve um salto relevante na quantidade de efetivo nessa fronteira como também em sua qualidade, aumentando assim, o poder nacional nessa região.

O estabelecimento dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) ao longo da zona limítrofe com a Guiana e Venezuela marcaram a reestruturação do exército e da região. O 1º PEF está localizado na cidade de Bonfim e serviu de base para a estruturação da urbe e de seu acréscimo populacional (SILVA, 2014). O 2º PEF está localizado em Normandia e também foi instalado em decorrência da Revolta do Rupununi, assim como o 3º PEF. No entanto este, que estava localizado na vila Surumú, foi deslocado para Pacaraima, na década de 1970.

**Figura 10. Distribuição dos PEF'S na Amazônia**



Fonte: <http://www.midiaindependente.org/es/red/2008/01/407323.shtml>

A ampliação da presença do Exército em Roraima também pode ser observada por meio do reposicionamento de brigadas, esquadrões e batalhões que passaram a compor a estrutura militar do estado. Cita-se, por exemplo, a criação, em 1982, do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, a primeira

Organização Militar de Cavalaria instalada na Amazônia, bem como a transferência de comando, por meio de decreto presidencial (1991), da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis, no Rio de Janeiro, para Boa Vista, onde passou a chamar-se 1ª Brigada de Infantaria de Selva, ou Brigada Lobo D'Almada.

Desde a construção do Forte de São Joaquim o Exército exerceu um papel preponderante na preservação do território nacional. Naquele período as preocupações adivinham dos processos de demarcação das fronteiras tanto brasileiras, quanto guianenses e venezuelanas. Mais recentemente, as inquietações foram geradas pelo baixo povoamento que persistia na região. Tanto que, a elevação à categoria de Território Federal permitiu um crescimento populacional expressivo em Roraima, e o Exército deu apoio a esse crescimento.

A instalação do 6º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC - no Território, em janeiro de 1969, serviu para melhorar a sua integração rodoviária, principalmente após a Revolta do Rupununi. Logo, a construção da rodovia entre Boa Vista, Bonfim e Normandia foi muito importante para o desenvolvimento dessas cidades fronteiriças, além do que, reforçou a presença nacional no limite territorial. Outra relevante obra do BEC foi a melhoria da estrada entre Boa Vista e Manaus, principal rodovia do estado, que também faz a ligação com o caribe.

A construção da rodovia BR 174 marcou o processo de integração de Roraima ao restante do país, uma vez que tirou o território do isolacionismo. Para a segurança nacional esse foi um fator muito relevante, pois reforçou a importância da região amazônica e de Roraima para o Brasil, pois integrando Roraima ao contexto nacional também se fortaleceria a luta dos militares contra a ideologia socialista que estava dominando a Guyana.

No livro *A geopolítica e as projeções de poder*, o general Meira Mattos (1977), fala da precariedade da articulação que existia entre o Brasil e os países limítrofes, principalmente no que tange os países amazônicos, além da baixa densidade demográfica. Esses fatores começaram a ser sanados, segundo Mattos, através dos esforços dos governos militares e de sua visão geopolítica. Assim, a estruturação do Exército em Roraima refletiu a política de segurança

nacional de aproximar o território roraimense do contexto regional e nacional e de salvaguardar as fronteiras nacionais.

## 5. CONCLUSÃO

O mundo da década de 1960 refletia os antagonismos das duas potências mundiais, EUA e URSS. A corrida pelas zonas de influência e a arquitetura do jogo internacional davam um peso diferencial na balança de poder do sistema internacional desse período. Dessa forma, os demais países não tinham como ficar à margem desse jogo político-ideológico da Guerra Fria.

Os processos de descolonização que ocorreram nesse período foram reflexo das duas grandes guerras mundiais. Além disso, a conferência de Yalta, em 1945, que condenou os vínculos coloniais na Ásia e na África foi outro motivo que serviu de alavanca para as independências, prioritariamente nas décadas de 1950 e 1960. A pressão externa, principalmente norte-americana e soviética, também colaborou para que as potências coloniais desmantelassem os seus impérios.

Um acontecimento que marcou a modificação na dinâmica das relações internacionais foi a conferência de Bandung (Indonésia), em 1955. A reunião contou com a participação de 29 países afro-asiáticos que defendiam a emancipação dos territórios ainda dependentes, rechaçavam o conflito vigente – Guerra Fria - e apontavam a necessidade de ajuda econômica para o desenvolvimento. Logo, a descolonização significou a abertura de novos mercados e a conseqüente expansão do capital econômico. Benefícios foram gerados tanto para os EUA quanto para a URSS, pois os norte-americanos precisavam exportar suas manufaturas e investir seu excedente de capital maximizando seu raio de influência. Já o Kremlin precisava incluir-se nesses movimentos de capital e adequar-se à nova realidade da Guerra Fria.

Os novos Estados buscavam uma “terceira via” pela qual pudessem reger-se no sistema internacional. O não alinhamento foi a alternativa encontrada por esses países para não orbitar nem na esfera norte-americana e nem na soviética. Esse movimento também influenciou políticas da China, da Índia e até mesmo da Guyana pós-independente, pois no contexto da *détente* era possível agir de forma autônoma levando em consideração a formação de uma multipolaridade incipiente.



A autonomia da Guyana e a Revolta do Rupununi se deram nesse contexto internacional de descolonização. Sendo que, a independência deste país fora conduzida pela metrópole inglesa e pelos EUA, que não queriam que a Guyana se tornasse uma nova Cuba na América do Sul. No entanto, após a emancipação guianense há a reviravolta ao socialismo, com o presidente Forbes Burnham, o que culminou na Revolta do Rupununi.

Esse contexto da década de 1960 juntamente com todos os meandros da Guerra Fria foram as bases para a elevação dos militares ao poder. O Brasil, como parte da zona de influência direta dos EUA, não poderia oferecer riscos às iniciativas norte-americanas no continente, principalmente após o sucesso da revolução cubana. Dessa forma, o monitoramento dos governos tidos como perniciosos para Washington começou a ser feito de modo notório.

Tal situação culminou no golpe militar, em 1964, e na aplicação das diretrizes da Escola Superior de Guerra quanto aos novos rumos da política interna e externa. A política de segurança nacional, defendida por Golbery, visava a proteção contra os perigos internos e externos que pudessem ameaçar a soberania e a segurança do território e dos nacionais. Essa política de Golbery estava traspassada pela ideologia anti-comunista defendida pela ESG.

A questão amazônica, neste cenário ganhou nova perspectiva, revestindo-se de maior importância, principalmente com o governo de Castelo Branco. A visão geopolítica dos militares, mas que já vinha desde Getúlio Vargas, permitiu a integração, principalmente via rodovias, da região amazônica com o centro do país. Além da elevação dos contingentes militares por toda a região.

No caso de Roraima, a Revolta do Rupununi foi um marco para o fortalecimento do Estado, via Exército, na região. A fragilidade da fronteira foi demonstrada tanto pela quantidade do efetivo militar que havia no território à época da revolta como pela precária distribuição desses militares sobre o território. Por estar numa região de potencial conflito fronteiro entre Venezuela e Guyana, o Território Federal de Roraima deveria ter tido maior atenção do governo central, antes do ocorrido na Guyana.

Após a ciência do fato, o Exército Brasileiro conseguiu mobilizar tropas para a região e guarnecer a fronteira. Dessa forma o Exército conseguiu cumprir seu papel constitucional de resguardar as fronteiras nacionais. A fixação de contingente nas lindes através da criação dos Pelotões Especiais de Fronteira ajudou, e ainda ajuda, a proteger o território nacional contra possíveis invasores.

A construção das rodovias contribuíram para a integração, interiorização e proteção da fronteira com a Venezuela e Guyana, bem como a construção da Ponte dos Macuxis, reflexo das políticas nacionais para segurança do território. Interessante observar que o Exército esteve presente na vida roraimense desde a época do Forte de São Joaquim. Apesar disso, a estruturação a fim de dar a devida relevância à proteção da região só começou a ser mais acentuada a partir da Revolta do Rupununi.

Ademais, o papel geoestratégico do Exército nesta fronteira na década de 1960, foi de afirmação e preservação da fronteira nacional, e isso levando em consideração o contexto internacional, regional e nacional no qual esta análise está inserida. Assim, o posicionamento do Exército Brasileiro na linde entre Brasil e Guyana foi reflexo da Guerra Fria, uma vez que não há como dissociar as políticas nacionais de segurança do território dos acontecimentos do sistema internacional e nem dos problemas fronteiriços dos vizinhos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Jaime de. A importância Geopolítica de Roraima no contexto fronteiriço regional do Nordeste da América do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E FRONTEIRAS, I, 2014, Boa Vista. **Anais**. Boa Vista, UFRR, 2012.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 928.
- BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. Segurança e uso da força no contexto da OTAN pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.27, 2006, <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782006000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200005&lng=pt&nrm=iso)> acessado em março de 2015.
- BACKHEUSER, Everardo. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1948.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. In: CONFERÊNCIA DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP, 19, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. P. 71-86.
- BELLINTANI, Adriana Iop. O Interesse dos Estados Unidos em Roraima durante a Segunda Guerra Mundial. In: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-13.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **O Exército Brasileiro na defesa da soberania na Amazônia**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dgeEqHxzj4J:sce3c0752b973ab3f.jimcontent.com/download/version/1408562151/module/4820963066/name/O%2520Ex%25C3%25A9rcito%2520Brasileiro%2520na%2520Defesa%2520da%2520Soberania%2520na%2520Amaz%25C3%25B4nia.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> acessado em abril de 2016.
- BRASIL. **Boletim Interno**. Nº4, jan. 1969.
- BRIGAGÃO, C (Org.). **A América Latina e os Conflitos Fronteiriços**. Rio de Janeiro: Gapcon, 2010. 139 pp.
- CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2011, pp. 824.
- CANDIDO, Francisco. Quartéis militares do Exército em Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 08 de set. 2015. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/coluna/QUARTEIS-MILITARES-DO-EXERCITO-EM-RORAIMA/1417>>. Acessado em 10 de fev. 2016.

CARBONE, Valéria Lourdes. Quando la Guerra Fría Llegó a América Latina...La política exterior Norteamericana hacia Latinoamérica durante las presidências de Eisenhower y Kennedy (1953-1963). **Centro Argentino de Estudios Internacionales**, Buenos Aires, n.8, 2006, <<http://www.caei.com.ar/working-paper/cuando-la-guerra-fr%C3%AD-leg%C3%B3-am%C3%A9rica-latina-la-pol%C3%ADtica-exterior-norteamericana-hacia>> acessado em janeiro de 2016.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008. 3ª ed. Pp. 309-350.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. O problema Amazônico no pensamento geopolítico militar brasileiro. In: Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais, III, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. P. 1-25.

DALLIN, Alexander (org.). **A conduta Soviética nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, pp. 143.

DAVID, Charles Philippe. **A Guerra e a paz**: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, pp. 448.

DESIDERÁ NETO, Antonio Walter. A questão fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela e a integração regional na América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, vol. 3, nº. 12, 2012, disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/26359/18844> acessado em março de 2016

DINIZ, Alexandre Magno Alves. SANTOS, Reinaldo Onofre dos. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, n. 25, vol. 15, 2005, <[http://www2.pucminas.br/documentos/geografia\\_25\\_art02.pdf](http://www2.pucminas.br/documentos/geografia_25_art02.pdf)> acessado em janeiro de 2016.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: A geopolítica de Golbery de Couto e Silva. **Revista Antíteses**, Londrina, n. 4, vol. 2, 2009, <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>> acessado em setembro de 2015.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp. 308.

GALVAO, Eduardo Rodrigues. **Estudo de problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, pp. 314.

GUERRA, Antonio Teixeira. GUERRA, Ignez Amelia L. Teixeira. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. **Boletim Geográfico**, n 178, 1964. <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1964\\_v22\\_n178\\_jan\\_fev.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1964_v22_n178_jan_fev.pdf)> acessado em maio de 2016.

HITTLER, Adolf. **Minha Luta**. 1925, p. 131.

<<https://www.radioislam.org/historia/hitler/mkampf/pdf/por.pdf>> acessado em abril de 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Disponível em:

<http://www.passeidireto.com/arquivo/976556/thomas-hobbes---o-leviata>.

Acessado em dezembro de 2015.

HOBBS, Erick J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 230.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, pp. 28.

JUNIOR, Américo Alves de Lyra. BELLINTANE, Adriane Iop. Segunda Guerra e Guerra Fria: Reflexões para a América Latina. **Revista OPSIS**, Catalão, n. especial, v. 14, 2014,

<[https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=Opsis&page=article&op=view&path%5B%5D=30403&path%5B%5D=18240#.VpkoO\\_krLDc](https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=Opsis&page=article&op=view&path%5B%5D=30403&path%5B%5D=18240#.VpkoO_krLDc)> acessado em outubro de 2015.

LINHARES, Erick Cavalcanti. **A política externa da terra dos seis povos**. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 186.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II**. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 221.

LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo**. Porto Alegre: Penso, 2011, pp. 656.

MAGNOLI, Demétrio. **Da Guerra Fria à Détente**. Campinas: Papirus, 1988, pp. 109.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990, pp. 116.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 316.

\_\_\_\_\_. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1977, pp. 148.

\_\_\_\_\_. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980, pp. 211.

MENDONÇA, Thaianne. Política de Segurança e a construção do conceito de “inimigo interno” no Brasil. **1º Seminário Internacional de Ciência Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, <

[https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Thailane-Mendon%C3%A7a\\_Pol%C3%ADtica-de-seguran%C3%A7a-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-inimigo-interno-no-Brasil-Thailane-Mendon%C3%A7a.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Thailane-Mendon%C3%A7a_Pol%C3%ADtica-de-seguran%C3%A7a-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-inimigo-interno-no-Brasil-Thailane-Mendon%C3%A7a.pdf)> acessado em janeiro de 2016.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **Forte de São Joaquim do Rio Branco**. Belém: Graficentro, 1993, p. 57.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003, pp. 1152.

OLIVEIRA, Juliano de. **Força Aérea Brasileira – doutrina e estrutura** (da geopolítica do Prata à Amazônia – 1964/2003). 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em História com ênfase em história militar) – Universidade Estadual Paulista.

OSACAR, Ignacio J. Guiana, **¿hipótesis de conflicto para Venezuela?**.

Disponível em:

<<http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/defensa/070305.html>  
> acessado em abril de 2016

OTTINO, C. L.. Separatismo; RIGALIA I.. Conflito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 225-230; 1145-1147.

POLICIAIS GUIANENSES TENTARAM LEVAR REBELDES DE BOA VISTA. **A Crítica**. Manaus, 08 jan. 1969.

RABE, Stephen G. **U.S. Intervention in British Guiana**: a cold war story. The University of North Carolina Press, 2005, pp. 240.

REBELDES GUIANENSES JÁ ESTÃO EM MANAUS. **A Crítica**. Manaus, 09 jan. 1969.

REBELDE DA GUIANA PRESO EM BOA VISTA. **A Crítica**. Manaus 07 jan. 1969.

REBELDES ESPERAM PRESOS A DECISÃO DO ITAMARATI. **A Crítica**. Manaus, 10 jan. 1969.

SÁ, Tiago Moreira de. **Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa**: As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1947-1976). 2007. 441p. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 2007.

SANTOS, Adair J. **Roraima História geral**. Boa Vista, Editora UFRR, 2010, pp. 252.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas e Poder na Amazônia**: O caso de Roraima (1970 – 2000). Boa Vista, Editora UFRR, 2013, pp. 287.

SERBIN, Andrés. **Nacionalismo, etnicidad y política en la Republica Cooperativa de Guyana**. Caracas: Bruguera, 1980, pp. 276

SILVA, Altiva Barbosa da. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima**. 2007. 187p. Tese (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. **De Cattle Barons a sapatos / shoes: uma etnografia da Revolta do Rupununi**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2007, pp. 224.

SILVA, Vilmar Antônio da. Fortes Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia: o Exército Brasileiro como fator de ocupação, defesa e desenvolvimento regional. In: **Socioambientalismo de Fronteiras: Relações homem-ambiente na Amazônia**. SILVEIRA, Edson Damas da; CAMARGO, Serguei Aily Franco de (Coord.). Curitiba: editora Juruá, 2014, vol III, pp. 69-88

TOSTA, Octávio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, pp. 103.

TROPAS NA FRONTEIRA. **A Crítica**. Manaus, 09 jan. 1969.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à crise**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, pp. 131.

ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon**. 2007. 106p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo.

